



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
CAMPUS ERECHIM  
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

**VANESSA CORREA**

**PORECATU:  
UMA ANÁLISE SOBRE AS PRIMEIRAS ORGANIZAÇÕES CAMPONESAS NO  
MUNICÍPIO DE PORECATU E A FORMAÇÃO DE SINDICATOS NO NORTE DO  
PARANÁ (1940-1960)**

**ERECHIM  
2017**

**VANESSA CORREA**

**PORECATU:**

UMA ANÁLISE SOBRE AS PRIMEIRAS ORGANIZAÇÕES CAMPONESAS NO  
MUNICÍPIO DE PORECATU E A FORMAÇÃO DE SINDICATOS NO NORTE DO  
PARANÁ (1940-1960)

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação  
apresentado como requisito para a obtenção de grau  
de Licenciado em História da Universidade Federal  
da Fronteira Sul.  
Orientadora: Prof. Dr. Alessandra Gasparotto

**ERECHIM**

**2017**

## PROGRAD/DBIB - Divisão de Bibliotecas

Correa, Vanessa

PORECATU: : UMA ANÁLISE SOBRE AS PRIMEIRAS ORGANIZAÇÕES CAMPONESAS NO MUNICÍPIO DE PORECATU E A FORMAÇÃO DE SINDICATOS NO NORTE DO PARANÁ (1940-1960)/ Vanessa Correa. -- 2017.

66 f.:il.

Orientador: Alessandra Gasparotto.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de Licenciatura em História , Laranjeiras do Sul, PR, 2017.

1. A FORMAÇÃO DOS SINDICATOS RURAIS NO BRASIL. 2. FORA DOS CÁLCULOS DO CAPITAL: A LUTA DOS CAMPONESES PELA DEFESA DA TERRA. 3. DAS EXPERIÊNCIAS DAS LIGAS EM PORECATU À FORMAÇÃO DE SINDICATOS RURAIS: ORGANIZAÇÕES CAMPONESAS NO NORTE DO PARANÁ.. I. Gasparotto, Alessandra, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

VANESSA CORREA

“PORECATU: UMA ANÁLISE SOBRE AS PRIMEIRAS ORGANIZAÇÕES CAMPONESAS NO  
MUNICÍPIO DE PORECATU E A FORMAÇÃO DE SINDICATOS NO NORTE DO PARANÁ  
(1940-1960)”

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para obtenção de grau de Licenciado em História da Universidade Federal da Fronteira Sul

Orientadora: Profª. Alessandra Gasparotto

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em: 24/11/2017

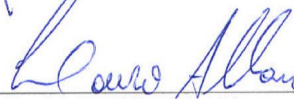
Banca examinadora:



Profª. Alessandra Gasparotto



Profª. Paola Masiero Pereira



Prof. Lauro Allan Almeida

Dedico esta monografia as pessoas mais importantes para mim, minha mãe Laurita Ferreira de Abreu Correa responsável pela minha dedicação e reconhecimento da importância dos estudos, o qual através dela tive a clareza de que este é uma ferramenta fundamental de libertação e de luta. Ao meu pai Israel Alexandre Correa, que com seu exemplo me mostrou que através de luta e muito trabalho enfrentamos de cabeça erguida as dificuldades da vida, e que os calos e marcas são para não esquecer o passado e para valorizar o pouco que temos. A minhas irmãs Dileuza Correa, Andreia Correa e meu irmão Rafael Correa, que faz da minha vida um aprendizado constante. São estes que me ensinam a cada dia que os pequenos gestos e um grandioso abraço são fundamentais para seguirmos em frente.

## AGRADECIMENTOS

*“Aqueles que passam por  
nós, não vão sós, não nos deixam  
sós. Deixam um pouco de si,  
levam um pouco de nós.”  
Antoine de Saint- Exupéry*

Após muita dedicação, dificuldades, aprendizados e auxílios, me coloco a agradecer aqueles que de alguma forma foram fundamentais para a conclusão desta monografia:

Muito especialmente, agradeço a minha orientadora Prof. Doutora Alessandra Gasparotto, pela sensibilidade, dedicação, paciência e profissionalismo... Meu sincero, muito obrigada!

Agradeço ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que me possibilitou enxergar além de mim, me reconhecer como classe trabalhadora e parte de um coletivo. Ao ITERRA<sup>1</sup> e aos que se dedicam para o funcionamento do mesmo, o qual é fruto de luta da classe trabalhadora assim como a UFFS<sup>2</sup>, que sendo forjada através de muita luta pelos movimentos sócias que fazem parte da Via Campesina, se dedica a fazer a diferença em uma realidade onde ser universitário não cabe ao índio, negro, camponês e periférico.

Agradeço a todos que se dedicaram para que esse curso se torna-se realidade. A meus colegas de turma que estiveram perto de mim me dando auxílio e incentivo e a todos os amigos que de alguma forma através de algum auxílio me ajudaram a seguir minha caminhada.

*Obrigada companheiros!!*

---

<sup>1</sup> Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária

<sup>2</sup> Universidade Federal da Fronteira Sul

## RESUMO

No norte do Paraná, no início da década de 1940, surgiram conflitos entre posseiros e grileiros pela posse das terras da região de Porecatu, Centenário do Sul, Jaguapitã, Guaraci, Miraselva e Florestópolis. Estas terras já eram tomadas pelos posseiros, os quais atraídos pela chamada Marcha para o Oeste se estabelecem em áreas então consideradas terras devolutas. Com a valorização das terras temos a chegada de empresas colonizadoras e grileiros, que geram um conflito que passa a se denominar por muitos estudiosos de Guerrilha de Porecatu e fez surgir entre os posseiros uma das primeiras organizações dos trabalhadores rurais daquela região, as Ligas. Com o fim destas Ligas, que tinham um caráter mais imediato, ou seja, a legalização das terras dos posseiros, surgiram as UGTs (Uniões Gerais de Trabalhadores), uma organização fundada pelos militantes comunistas do PCB que tiveram forte atuação na Guerrilha de Porecatu. Estas organizações atendiam as necessidades de todos os trabalhadores, seja rurais ou urbanos. Após o aumento da exploração e a negação de direitos dos camponeses na região, foi necessária a fundação de sindicatos rurais no norte do Paraná. Foi através da formação destas organizações que, em um estado elitista, assim como em outras regiões do Brasil, os camponeses do norte do Paraná conquistaram através de lutas respaldo para suas necessidades e direitos trabalhistas, se colocando como classe camponesa e fazendo sua realidade ser visualizada. Assim, este TCC busca analisar como se deu esse processo de lutas na região, desde a experiência da guerrilha até a formação de sindicatos rurais, partindo de um diálogo com as obras acadêmicas sobre o tema e da análise de fontes como jornais da época e documentos sindicais.

**Palavras chaves:** Sindicalismo rural, Conflitos agrários, Guerrilha de Porecatu, Organizações Camponesas.

## RESUMEN

En el norte de Paraná, a principios de la década de 1940, surgieron conflictos entre poses y grileiros por la posesión de las tierras de la región de Porecatu, Centenario del Sur, Jaguapitán, Guaraci, Miraselva y Florestópolis. Estas tierras ya eran tomadas por los poseiros, los cuales atraídos por la llamada Marcha hacia el Oeste se establecen en áreas entonces consideradas tierras devueltas. Con la valorización de las tierras tenemos la llegada de empresas colonizadoras y grileiros, que generan un conflicto que pasa a denominarse por muchos estudiosos de Guerrilla de Porecatu e hizo surgir entre los poseiros una de las primeras organizaciones de los trabajadores rurales de aquella región, las Ligas. Con el fin de estas Ligas, que tenían un carácter más inmediato, o sea, la legalización de las tierras de los poseiros, surgieron las UGTs (Uniones Generales de Trabajadores), una organización fundada por los militantes comunistas del PCB que tuvieron fuerte actuación en la Guerrilla de Porecatu. Estas organizaciones atendían las necesidades de todos los trabajadores, ya sean rurales o urbanos. Después del aumento de la explotación y la negación de derechos de los campesinos en la región, fue necesaria la fundación de sindicatos rurales en el norte de Paraná. A través de la formación de estas organizaciones que, en un estado elitista, así como en otras regiones de Brasil, los campesinos del norte de Paraná conquistaron a través de luchas respaldo para sus necesidades y derechos laborales, colocándose como clase campesina y haciendo su realidad ser visualizada. Así, este TCC busca analizar cómo se dio ese proceso de luchas en la región, desde la experiencia de la guerrilla hasta la formación de sindicatos rurales, partiendo de un diálogo con las obras académicas sobre el tema y del análisis de fuentes como periódicos de la época y documentos sindical.

**Palabras claves:** Sindicalismo rural, Conflictos agrarios, Guerrilla de Porecatu, organizaciones campesinas.



## LISTA DE IMAGENS

<b>IMAGEM 1-&lt; Região da Guerrilha&gt;</b> .....	43
<b>IMAGEM 2-&lt; Grandes grilos de terras no Paraná&gt;</b> .....	44

## LISTAS DE QUADROS

**QUADRO 1** - < Tendências dos Sindicatos >.....21.

**QUADRO 2** - < População rural e urbana entre 1950 e 1980>.....39.

<b>TABELA DE DATAS</b>	
<b>ORGANIZAÇÃO</b>	<b>DATA DE FUNDAÇÃO</b>
Primeira liga em Porecatu	<b>1944</b>
ARL (Associação Rural De Londrina)	<b>1946</b>
UGT (Uniões Gerais dos Trabalhadores)	<b>1951</b>
Sindicato dos Colonos e Assalariados Agrícolas de Londrina	<b>1956</b>

## LISTA DE SIGLAS

MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra  
PCB: Partido Comunista Brasileiro  
ULTAB: União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil  
MEB: MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE  
CNBB: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil  
FAP: Frente Agrária Paranaense  
UGT: União Geral dos Trabalhadores  
CONTAG: Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura  
CNA: Confederação Nacional da Agricultura  
ARL: Associação Rural de Londrina  
CLT: Consolidação das Leis Trabalhistas  
SNA: Sociedade Nacional da Agricultura  
CRB: Confederação Rural Brasileira  
SUPRA: Superintendência de Política Agrária  
PSD: Partido Social Democrático  
UDN: União Democrática Nacional  
SNCR: Sistema Nacional de Crédito Rural  
GETSOP: Grupo Executivo de Terras do Sudoeste do Paraná.  
CTNP: Companhia de Terras Norte do Paraná  
DOPS: Delegacias Especializadas de Ordem Política e Social  
ALNP: Associação dos Lavradores do Norte do Paraná  
FGTS: Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>2 A FORMAÇÃO DOS SINDICATOS RURAIS NO BRASIL .....</b>	<b>19</b>
2.1 SINDICATOS CORPORATIVISTAS.....	23
2.2 SINDICATOS RURAIS.....	26
<b>3 FORA DOS CÁLCULOS DO CAPITAL: A LUTA DOS CAMPONESES PELA DEFESA DA TERRA.....</b>	<b>31</b>
<b>4 DAS EXPERIÊNCIAS DAS LIGAS EM PORECATU À FORMAÇÃO DE SINDICATOS RURAIS: ORGANIZAÇÕES CAMPONESAS NO NORTE DO PARANÁ. ....</b>	<b>42</b>
4.1 ORGANIZAÇÕES MISTAS: UGTS.....	51
4.2 PRIMEIRO SINDICATO CAMPONÊS DO NORTE DO PARANÁ .....	53
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>61</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>64</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Foi a partir do século XX que o proletário rural brasileiro desponta como classe social. Neste século as demandas destes trabalhadores começam a ser debatidas e estudadas.

O Brasil apresenta nas décadas de 1940 a 1950 um grave problema agrário. Este era marcado por uma grande concentração da propriedade da terra, a qual provinha, como descreve João Pedro Stédile em seu livro<sup>3</sup>, de um modelo implantado em 1930 que se caracteriza pela subordinação econômica e política da agricultura à indústria. E este modelo se projeta através de um pacto entre a burguesia industrial, a qual se encontra no poder, e as oligarquias agrárias. Este pacto se deu devido a burguesia industrial ter a necessidade de importar máquinas do estrangeiro, e esta se dava somente com a exportação de produtos agrícolas, os quais geravam divisas para seu pagamento.

É neste período que surge a indústria que fornece tecnologia e insumos para a agricultura, tendo o intuito de modernizá-la. Stédile afirma também que este modelo faz surgir a burguesia agrária de elevadas extensões de terras, as quais destinam sua produção para a exportação e consumo interno. Já os camponeses são destinados, neste modelo, para a mão de obra barata nas indústrias da cidade. O êxodo rural levava a baixa dos salários na indústria, já que as filas para emprego nas indústrias se tornavam cada vez maior.

Os camponeses que permaneciam no campo cumpriam a função de alimentar os operários. Com a administração do estado, os preços destes alimentos eram baixos, os quais garantiam a força de trabalho barata dos operários e assim os lucros e crescimento da indústria.

[...] a lógica do modelo de industrialização dependente atuava permanentemente de forma contraditória e complementar, em que os camponeses, ao mesmo tempo em que se reproduziam e se multiplicavam enquanto classe, tiveram parcelas crescentes de seus membros migrando para as cidades e se transformando em operários. Na estrutura da propriedade da terra, a lógica contraditória se repetia. Por um lado, havia a multiplicação de pequenas propriedades, pela compra e venda e reprodução das unidades familiares. E, por outro lado, em vastas regiões, a grande propriedade capitalista avançava e concentrava mais terra, mais recursos. E, no geral, havia uma tendência histórica, natural da lógica de reprodução capitalista, de que a propriedade da terra, que já nasceu em bases latifundiárias, continuava na média se concentrando ainda mais. (STÉDILE, 2011, p. 30)

Nesta conjuntura de desvalorização da produção camponesa e de grande êxodo rural, temos a criação em 1954 da ULTAB, União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do

---

<sup>3</sup> A questão agrária no Brasil: O debate tradicional – 1500-1960 / João Pedro Stedile (org); Douglas Estevam (assistente de pesquisa). 2. ed.—São Paulo: Expressão Popular, 2011.

Brasil, para a qual o PCB teve uma importante contribuição. Essa contribuição se deu com Lindolfo Silva, militante que fez a frente deste processo. As UTABs tinham o objetivo de organizar os camponeses, e uma das formas de organização utilizada foi a criação das associações de lavradores. “A Ultab não só desempenhou papel fundamental nesse processo de sindicalização que culminou na criação, em 1963, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), como também se constituiu na principal força em ação no interior da nova entidade.” Em contraponto a esse movimento de esquerda tivemos a participação da Igreja católica nas questões relacionadas ao campo, sendo representada através de uma visão conservadora nas Frentes Agrárias, e pelo Movimento de Educação de Base – MEB, com uma visão progressista e voltada aos estudos em defesa da reforma agrária.

O MEB foi criado pela CNBB<sup>4</sup> em 1961, com objetivos bem claros e anticomunistas. Procuraram desenvolver um programa de educação de base (FAVERO, 2004) por meio de escolas radiofônicas, nos estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país. Tinham apoio da Presidência da República e de vários ministérios e órgãos federais e estaduais, mediante financiamento e cessão de funcionários. Procuravam executar um programa de alfabetização, formação moral e cívica, educação sanitária, iniciação profissional, sobretudo agrícola e promoção social. Voltado para a comunidade, defendiam reformas de base, como a da estrutura agrária do País, ajudando as regiões carentes a defender-se de ideologias que seriam supostamente incompatíveis com o espírito cristão da nacionalidade. (FAVERO, 2004)

A Igreja estimulou a formação de Frentes Agrárias em todo o país. No Paraná, a FAP (Frente Agrária Paranaense) foi organizada pela Igreja Católica, com um cunho sindical. Seus objetivos permaneciam em torno do combate ao ideário comunista e buscavam competir com o PCB na estruturação de sindicatos e associações de trabalhadores rurais.

Polarizando o espaço social, os comunistas incentivaram uma reaproximação entre os dominantes. Os senhores das terras, o governo do estado, a grande imprensa, isto é o conjunto das elites se reuniu para reafirmar uma imagem social negativa do comunismo e o seu partido. A estratégia adotada foi a de reforçar uma ideologia anticomunista que já existia na sociedade, a qual não conseguiu impedir a implantação dos comunistas no meio rural. Mas este combate, ao mesmo tempo ideológico e simbólico, iria provocar a chegada de um velho ator, mas ainda muito poderoso: a Igreja Católica, preocupada diante da perda de confiança de seus fiéis da lavoura. O desdobramento disso viria a ser a constituição de organizações de combate contra a esquerda, na sua maioria empurradas pelos católicos, entre elas a Frente Agrária Paranaense. Preparando o terreno, a cruzada anticomunista desembocaria no golpe militar de 1964. (SILVA, 2006, p. 113 e 114)

---

<sup>4</sup> Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

No início dos anos de 1960 as Frentes Agrárias se espalharam em todo o país. No Paraná a FAP foi articulada pelos bispos de Londrina, e tinha ações voltadas para a melhoria da vida no meio rural, com formação de dirigentes, debates para a formação de consciência voltada para a fé cristã e a ordem, estudo da realidade e reivindicações junto ao governo, construção de uma emissora de rádio que divulgasse a FAP, construção de instalações que possibilitassem assistência médica, jurídica e técnica, e criação de associações profissionais que se transformariam em sindicatos. (PRIORI, 2012)

Entre as décadas de 50 e início dos anos 60, o campo foi palco de vários conflitos, os quais ocorreram em todo o país. Esse período foi de articulação e unificação entre os trabalhadores. Este movimento possibilitou a formação de novas identidades de diferentes trabalhadores, em diferentes regiões. Estes trabalhadores forjaram bandeiras que permitiam esta unificação, como a luta por reforma agrária, por direitos trabalhistas e direito a organização sindical.

A ditadura instalada em 1964 manteve em pauta o direito a sindicalização, embora os sindicatos passaram a ser controlados e espionados e as principais lideranças que atuavam antes do Golpe tenham sido perseguidas. Os sindicatos começam a prestar serviços médicos, dentários e previdenciários. Este período também foi de aprovação de uma lei de reforma agrária que incorporou no regime militar algumas demandas políticas de outros períodos, porém dificultava o alcance das mesmas. (SILVA, 2006)

Porém o movimento sindicalista no meio rural teve um começo que por vezes não é estudado e citado na história brasileira. Este movimento sindical teve um de seus embriões forjados no norte do Paraná, no município de Porecatu.

A terra localizada hoje no município de Porecatu (OIKAWA, 2011) começa a chamar a atenção de posseiros após a implantação do programa estabelecido por Getúlio Vargas chamado Marcha para o Oeste<sup>5</sup>. Este programa, junto à intervenção de Manoel Ribas<sup>6</sup>, promoveu a venda das terras da região de Porecatu com preços bem baixos e possibilitava após

---

<sup>5</sup>Marcha para o Oeste: implantada por Getúlio Vargas no Estado Novo, tem como meta estimular as migrações das regiões densamente habitadas para regiões desabitadas, implantando pequenas propriedades. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Brasilia/ConquistaOeste>.

<sup>6</sup> **Manoel Ribas** nasceu em Ponta Grossa, região dos Campos Gerais em 8 de março de 1873. Filho do Comendador Augusto Lustoza de Andrade Ribas e Pureza Maria da Conceição Branco Carvalho. Foi o governador que exerceu o cargo por mais tempo no Estado do Paraná, 13 anos. Foi prefeito de Santa Maria, RS e em 1932 foi escolhido para ser interventor do Paraná. Encontrou um estado financeiramente abalado e ficou conhecido como restaurador das finanças do Paraná. Construiu estradas ligando quase todo o Paraná além de importantes escolas e colégios em Curitiba, no Litoral e na Região dos Campos Gerais. Ficou no poder até 1945, quando Getúlio foi deposto. Morreu em 1946 em Curitiba. Disponível em: [http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb\\_b\\_manoel\\_ribas.htm](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_b_manoel_ribas.htm). Último acesso: 02/12/2017 às 12: 04.

seis anos de posse requerer definitivamente a terra utilizada, chamando assim a atenção de vários posseiros para a região de Porecatu.

Com a queda de Getúlio Vargas em outubro de 1945 e consequentemente a do Interventor Manoel Ribas, a ideia de colonização se desmancha. Com a valorização das terras geradas pelas benfeitorias ali construídas e o bom preço do café, políticos e fazendeiros despertam a cobiça por aquele local. Isso leva à grilagem das terras, as quais podemos visualizar na imagem 1 no decorrer do texto, a qual nos mostra sua dimensão e os principais grilos do Paraná, e a entrega das mesmas com contrato pelo então governador do Paraná, Moisés Lupion, gerando assim grandes revoltas e conflitos armados.

Muitos conflitos foram registrados entre as décadas de 1940 e início da década de 1950 no norte do Paraná. A guerrilha de Porecatu possibilitou em 1944 a formação de doze Ligas, sendo estas umas das mais antigas organizações de camponeses, as quais possibilitaram ao PCB atuar no campo e buscar realizar a chamada aliança operário-camponesa que culminou nos primeiros sindicatos de trabalhadores rurais do Brasil.

Estas Ligas tinham por objetivo legalizar a posse das terras dos posseiros de Porecatu. As mesmas, como veremos no terceiro capítulo, organizavam manifestações, auxiliavam os posseiros nas questões legais, na conquista de adeptos à causa dos posseiros e na conscientização dos posseiros para a luta armada.

A Guerrilha de Porecatu possibilitou também a formação do primeiro decreto de desapropriação de terras para fins sociais do país, sendo este um grandioso marco histórico para a luta camponesa, mesmo não sendo efetivamente colocado em prática.<sup>7</sup> Esta guerrilha forjou em pleno período de conflitos, as chamadas ligas camponesas, formadas pelos posseiros em 1944.

Tivemos também nos anos 1950, Ligas Camponesas sendo formadas no nordeste pelo deputado socialista Francisco Julião<sup>8</sup>. No Paraná, durante a guerrilha de Porecatu, chegaram a se formar 12 Ligas<sup>9</sup>, as quais sumiram com o fim da guerrilha em 1951. Estas foram essenciais na organização dos posseiros, pois cumpriam o papel legal da resistência, mostrando à população a violência praticada contra os posseiros, e quais eram os seus direitos.

---

<sup>7</sup> Este decreto foi estipulado pelo governador Bento Munhoz da Rocha em março de 1951, decretando a desapropriação das terras em litígio do eixo Porecatu-Jaguapitã-Arapongas, avaliando as benfeitorias dos posseiros nas terras em disputa e a justa indenização por elas e 20 alqueires de terra em Campo Mourão, Iporã, ou Umuarama. (OIKAWA, 2011)

<sup>8</sup> Estas tiveram sua formação entre os pequenos parceiros ou foreiros que foram expulsos de suas terras e eram obrigados a trabalhar por salários miseráveis, os quais ocupavam as terras dos engenhos que com a valorização do açúcar começavam a ser reativados, sendo o primeiro o do Engenho da Galiléia em Pernambuco.

<sup>9</sup> Marcelo Oikawa descreve em seu livro, “Porecatu: a guerrilha que os comunistas esqueceram”, que estas ligas são herdeiras das já então formadas pelos posseiros em Porecatu, Associações de Lavradores, fundadas em 1944.



A história da resistência dos posseiros em Porecatu é desconhecida pela maioria. E entre os poucos que ouviram falar algo sobre ela ou que a conheceram um pouco mais, a ideia corrente é a de que foi algo efêmero, errático, espontâneo, insignificante. Essa é a ideia que as autoridades – governo e polícia – difundiram pela imprensa da época e que, curiosamente, muitos setores da esquerda aceitaram. (OIKAWA, 2011, p.18)

A Guerrilha de Porecatu tem um histórico de resistência e organização que não deve ser esquecido. A conjuntura da época levou aqueles posseiros a optarem por certas organizações e instrumentos políticos que possibilitaram com seus erros e acertos os avanços que temos hoje. A classe trabalhadora no decorrer da história vem resistindo e se renovando, olhar para trás e analisar essa resistência é primordial para nossas tomadas de decisões atuais. Por isso, no decorrer deste trabalho, pretendo descrever as organizações construídas em Porecatu, que fazem parte da luta pela reforma agrária, tendo como protagonistas trabalhadores, que através de um processo de consciência, forjaram na prática transformações sociais.

Esta pesquisa pretende realizar um resgate histórico das organizações camponesas no norte do Paraná, especificamente no município de Porecatu. O começo das lutas por reforma agrária nesta região, a qual por vezes foi esquecida e encoberta.

As primeiras ligas de Porecatu são pouco estudadas, por isso os estudos sobre as mesmas e a organização de seus sujeitos são de extrema importância para análise e resgate da história dos menos favorecidos, reconhecendo seus legados para os dias atuais. Este estudo parte de um interesse individual pelo assunto, o qual faz parte da região onde agora resido. Faço parte do MST<sup>10</sup>, um movimento social que tem como bandeira de luta a reforma agrária, e matriz formativa o estudo e resgate da história da classe trabalhadora. A Guerrilha de Porecatu faz parte da história da classe trabalhadora, a qual nos serve como legado de luta e organização para os nossos dias atuais.

Para dar conta dos objetivos deste trabalho acadêmico, dividi o mesmo em três capítulos. Inicialmente apresento uma contextualização geral sobre o surgimento dos sindicatos rurais no Brasil. No segundo capítulo discorro sobre os conflitos pela terra, especialmente no Paraná, a partir do caso da Guerrilha de Porecatu. No terceiro capítulo parto de uma análise das ligas formadas na guerrilha de Porecatu, descrevendo a atuação e organização da classe patronal em atrito com os posseiros. Nesta capítulo também é abordado o desenvolvimento das UGTs e a primeira experiência no norte do Paraná de formação de um sindicato. Realizo uma revisão bibliográfica, dialogando com diferentes autores que trabalham com o tema, complementando minha investigação com algumas fontes, como jornais, atas da assembleia de

---

<sup>10</sup>Movimento dos Trabalhadores Sem Terra.

fundação do sindicato e documentos de relatos de queixas dos camponeses remetidas ao Sindicato dos Colonos e Assalariados Agrícolas de Londrina e encaminhadas ao Fórum de Londrina e da região.

Os jornais utilizados foram o Jornal Folha de Londrina e o Jornal Novos Rumos. O Folha de Londrina foi fundado em 29 de outubro de 1947 por João Milanez, apresentando uma lógica empresarial desde sua fundação. O mesmo sempre foi muito lucrativo, tendo como posição se colocar sempre como porta voz da classe dominante local. Nogueira afirma que

O crescimento do jornal está ligado ao fato de ele publicar notícias e anúncios locais e regionais, caracterizando-se por uma linha editorial “moralista e conservadora”, empenhava em projetar a imagem da cidade de Londrina como “cidade progresso”, mostrando-se preocupado com a afirmação de uma “pomposa vida social”. (NOGUEIRA, 1999, p.08)

Os jornais analisados para essa monografia se encontram na Biblioteca Pública Municipal de Londrina Pedro Viriato Parigot de Souza, localizada na Av. Rio de Janeiro, 413, no centro da cidade de Londrina – PR. Sobre a Guerrilha de Porecatu, consulte jornais publicados entre os dias 14 e 28 de julho de 1985, que apresentam uma reportagem sobre o conflito. Portanto, tratam-se de reportagens retrospectivas, ou seja, fontes secundárias produzidas na década de 1980.

Já o Jornal Novos Rumos foi fundado em 28 de fevereiro de 1959 no Rio de Janeiro e editado pelo PCB. Foi um dos mais importantes jornais da história da esquerda brasileira, acabando em 19 de abril de 1964 com o golpe militar. Portanto, utilizo jornais que partem de perspectivas bastante diferentes.

Como referências principais sobre o que foi escrito acerca de Porecatu, utilizo a obra de Oikawa, intitulada “Porecatu: a guerrilha que os comunistas esqueceram”. Este livro relata com grandeza de detalhes a luta dos posseiros de Porecatu, trazendo a atuação do PCB e a trajetória da formação das ligas camponesas. Este livro traz em anexo, variedades de fontes que permitem ao leitor analisar e compreender melhor o que foi esta guerrilha. Ângelo Priori também descreve a guerrilha em seu texto “A Revolta Camponesa de Porecatu: a luta pela defesa da terra e a atuação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no campo (1942-1952”.

Para compreender a formação dos sindicatos no Brasil e no Paraná, podemos recorrer à tese de Carolina Ramos, “Capital e trabalho no sindicalismo rural brasileiro: uma análise sobre a CNA e sobre a CONTAG (1964- 1985)”. Esta tese analisa a atuação da CNA e da CONTAG,

trazendo vários apontamentos sobre os antecedentes da organização sindical, a formação dos sindicatos, a Reforma Agrária, a organização dos camponeses neste período, entre outros.

A tese de Osvaldo Heller da Silva, “A foice e a cruz: comunistas e católicos na história do sindicalismo dos trabalhadores rurais do Paraná”, de 1945 e fim dos anos 1970, irá permitir compreender quais foram os tipos de organizações camponesas implantadas no norte do Paraná tendo como base a guerrilha de Porecatu.

No livro “Terra e Poder: abordagens em história agrária”, de Marcio Antônio Both da Silva e Paulo José Koling e na dissertação de mestrado de Juliana Valentini, “Sociedade Rural do Paraná: Organização e atuação da fração agrária da classe dominante regional” obtivemos informações relevantes sobre a Associação Rural de Londrina (ARL), a qual teve um papel importante para os projetos da classe patronal rural, colocando-se com grande influência política na região de Londrina.

José de Sousa Martins possibilitará algumas reflexões sobre os movimentos camponeses e sua importância política. A obra “Os Camponeses e a Política no Brasil”, interpreta a história política do campesinato brasileiro, e localiza as raízes históricas dos impasses atuais, baseando-se em processos clássicos da análise histórico-concreta.

A partir desses autores, buscaremos compreender e problematizar o processo de formação das organizações implantadas em Porecatu, em plena guerrilha, analisando a função social destas organizações, suas transformações e as dificuldades enfrentadas no decorrer deste processo até a sindicalização dos camponeses na região norte do Paraná.

## 2. A FORMAÇÃO DOS SINDICATOS RURAIS NO BRASIL

Mundialmente a década de 1920 foi marcada por uma crise hegemônica que vinha de consequências da Primeira Guerra Mundial e a vitória da revolução bolchevique, porém com a derrota da esquerda na Alemanha e na Itália assistimos a um término contrarrevolucionário. O Brasil nos anos vinte percorre um período de grandes transformações. Passou por uma grave crise e por rupturas, sendo a mais drástica gerada pelo movimento de 1930. Economicamente a década de vinte teve um declínio nos preços internacionais do café que afetou gravemente a economia brasileira, o qual atingiu o valor total das exportações e drasticamente as importações. Isso se deu devido a uma queda no indicador da bolsa de Nova York, a qual gerou uma reação em cadeia que levou todos os países ao redor do mundo a passarem por uma onda de falências.<sup>11</sup>

Tivemos também neste período o crescimento das cidades, com o crescimento da classe média e da classe trabalhadora, e de uma elite econômica de múltiplos interesses. Em 1930 desenvolve-se uma nova fase na economia brasileira. Temos então uma crise no modelo agroexportador e na política institucional. 1930 foi marcado pela tomada de poder da burguesia industrial sobre a oligarquia rural exportadora. Surge o modelo de industrialização dependente<sup>12</sup>, com a subordinação econômica e política da agricultura a indústria<sup>13</sup>.

A atuação política dos camponeses nas transformações sociais neste período teve elevada importância histórica para o Brasil, já que esta atuação vêm a colocar em debate os direitos destes sujeitos. O estudo destas ações é de extrema importância, mas para estudar estes grupos sociais que tem nomes próprios, porta-vozes, organizações e reivindicações, deve se levar em conta que estes carregam um histórico de ações e lutas que os definem e os mobilizam, os levando até mesmo a choques armados com a polícia. A partir da metade do século XX os conflitos no meio rural passam a se unificar, sendo esta ação fortalecida e estabelecida através de concepções, projetos e bandeiras comuns.<sup>14</sup>

---

<sup>11</sup> CALDEIRA, Jorge. DE CARVALHO, Flavio. MARCONDES, Claudio. GOES DE PAULA, Sergio. Viagem pela História do Brasil. 2ª edição. Companhia das Letras.

<sup>12</sup> Uma indústria economicamente dependente dos países desenvolvidos e com vínculos com a oligarquia rural.

<sup>13</sup> Para aprofundamento sobre esse período ver: A questão agrária no Brasil: O debate tradicional – 1500-1960 / João Pedro Stedile (org); Douglas Estevam (assistente de pesquisa)--2. ed.--São Paulo : Expressão Popular, 2011. E FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. A crise dos anos 20 e a Revolução de trinta. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006. 26f.

<sup>14</sup> Informações baseadas no livro: Bernardo Mançano Fernandes, Leonilde Servolo de Medeiros e Maria Ignez Paulilo (Orgs.). Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas: O campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980. vol. I. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

Para compreendermos melhor estes conflitos e organizações, devemos ter em mente que o surgimento do capitalismo teve seu embrião no campo, sendo este o berço destas relações de acumulação e maximização do lucro. Este surgimento partiu do rompimento com antigüísimos padrões de interação humana com a natureza (WOOD, 2001). Este rompimento delimitou os que trabalhavam a terra e os que se apropriavam dos frutos do trabalho alheio, sendo esta uma característica que difere a sociedade capitalista das anteriores a ela, pois a expropriação dos produtos excedentes do trabalho de um trabalhador livre passa a ter objetivos puramente econômicos.

A propriedade privada traz consigo as cercas, que através de grilagens, apoio de autoridades, entre outros, impede os camponeses e índios de ter seu meio de sobrevivência, acarretando assim o chamado êxodo rural. O bem estar da maioria desaparece neste tipo de sociedade, pois estes são levados a sofrer pela minoria burguesa e latifundiária, sendo claramente o objetivo principal a elevação da produtividade da propriedade, com ampliação do lucro comercial.

Cabe aos pequenos agricultores que sobrevivem a esta sociedade, alimentar internamente a nação. Estes sofrem com o baixo custo de seu produto, já que seus consumidores são trabalhadores assalariados que vendem sua força de trabalho cada vez mais barato, já que nesta sociedade precisa-se daqueles que sobrevivem através do trabalho pesado e aqueles que lucram com o mesmo, necessitando do setor agrícola para mantê-los baratos. Em um fio condutor que Wood (2001) explica muito bem seu início na Inglaterra:

O resultado foi a famosa tríade composta por latifundiários, arrendatários capitalistas e trabalhadores assalariados, e, com o crescimento do trabalho assalariado, as pressões para aumentar a produtividade da mão-de-obra também se intensificaram. Esse mesmo processo criou uma agricultura altamente produtiva, capaz de sustentar uma grande população não dedicada a produção agrícola, mas criou também uma massa crescente de não-proprietários, que viria a constituir uma grande força de trabalho assalariada e um mercado interno para bens de consumo baratos - um tipo de mercado que não tinha precedentes históricos. Foram estes os antecedentes da formação do capitalismo industrial inglês. (WOOD, 2001, p. 86)

Com um capitalismo agrário que gerou uma grande massa de despossuídos que fortaleceram as indústrias, surgem formas de trabalho que cada vez mais desumanizam o trabalhador. Temos então a formação de concepções de classe, forjadas pelas contradições deste sistema, as quais levam à formação de organizações urbanas e rurais.

O sindicato é uma destas organizações que mundialmente surgiu no século XIX em plena Revolução Industrial. Esta revolução trouxe transformações que culminaram nesta organização que fazia frente às adversidades trazidas pelas novas vivências e formas de trabalhar.

Vivenciando precárias condições de saúde, baixos salários sem assistência social, os trabalhadores criaram organizações que vieram a se chamar de sindicatos, os quais organizavam os trabalhadores para suas reivindicações. No Brasil, estas organizações começam a surgir no início do século XX, com tendências socialistas, anarquistas e comunistas, e impulsionaram várias greves no país; os governos tentaram fortemente barrar estas ideologias. Porém tivemos o surgimento de sindicatos com outras ideologias e posições: abaixo poderemos visualizar de forma sucinta a organização e objetivos destes.

#### QUADRO 1- Tendências dos Sindicatos

QUADRO-SÍNTESE <sup>15</sup>		
POSIÇÕES	MEIOS PROPOSTOS	OBJETIVOS
<b>1. CRISTÃOS (católicos)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sem violência.</li> <li>• Colaboração entre as classes.</li> <li>• Luta contra as injustiças.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenvolver a função social do capitalismo, em vista de uma sociedade fraterna e justa.</li> <li>• Evitar o agravamento dos conflitos sociais.</li> </ul>
<b>2. AMARELOS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Colaboração de classes.</li> <li>• Sindicatos e organizações comuns (entre patrões e operários).</li> <li>• Sindicatos assistencialistas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Continuidade do capitalismo.</li> <li>• Negação da existência da luta de classes</li> <li>• Sociedade harmoniosa.</li> </ul>
<b>3. COMUNISTAS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O Partido é o principal instrumento de luta.</li> <li>• Combinação de ação legal e clandestina.</li> <li>• Participação parlamentar.</li> <li>• Greve.</li> <li>• Insurreição.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Destruição do capitalismo.</li> <li>• Revolução proletária.</li> <li>• Ditadura do Proletariado.</li> <li>• Socialismo e Comunismo.</li> <li>• Internacionalismo proletário.</li> </ul>
<b>4. ANARQUISTAS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O Sindicato é o principal instrumento de luta.</li> <li>• Ação direta contra o Estado e os patrões.</li> <li>• Antiparlamentarismo.</li> <li>• Antipartidarismo.</li> <li>• Estrutura Sindical federativa.</li> <li>• Greve geral insurrecional.</li> <li>• Contra a liberação de dirigentes sindicais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Destruição do capitalismo,</li> <li>• Revolução proletária.</li> <li>• Sociedade sem classes, sem Estado.</li> <li>• Auto-gestão.</li> <li>• Internacionalismo proletário.</li> </ul>

<sup>15</sup> SOUZA, Amarildo Carvalho de. e CORCIONE, Domingos. Confederação Nacional dos Trabalhadores na agricultura – CONTAG: 2º Modulo Regional Sul. São José – SC, 07 a 13 de outubro de 2007. ENFOC: Escola Nacional de Formação da CONTAG; Curso de Formação de Educadores e Educadoras em Concepção, Prática Sindical e Metodologias. P, 81 e 82.

Estes sindicatos tinham perspectivas e atuações diferenciadas e se utilizavam de vários métodos para a conquista ideológica dos trabalhadores. A partir do surgimento dos sindicatos e da mobilização dos trabalhadores, uma série de direitos foram garantidos.

Datam ainda da virada do século XIX para o XX as primeiras leis sociais e sindicais que, em geral, beneficiam os funcionários públicos e aos poucos vão se estendendo aos funcionários das empresas privadas e vão ganhando uma ação mais focal, voltada, por exemplo, para o trabalho da mulher e do menor. O poder legislativo foi sensível às pressões do tempo e, em 1917, foi criada a comissão de legislação social da câmara dos deputados com a finalidade de examinar o que deveria ser feito em termos de uma legislação trabalhista para o país. Passo decisivo nesta direção foi dado, em 1923, com a lei Eloy Chaves, que criava a caixa de aposentadorias e pensões dos ferroviários. As “caixas” se expandiram para outras categorias profissionais, e em 1926 já existiam 33 destas instituições. Em 1930 eram 47, atendendo 8 mil aposentados e 7 mil pensionistas, e em 1932 pularam para 140, cobrindo 190.000 assegurados ativos, e 10.000 aposentados e 9.000 pensionistas (Santos, 1987). Outro passo decisivo neste campo foi a criação do Conselho Nacional do Trabalho em 1923, com diferentes funções e vinculado ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. O conselho tinha também um braço jurídico, pois funcionava como instância recursal nos inquéritos administrativos quando se tratava de apuração de falta grande cometida por funcionário que tivesse mais de dez anos de serviço na empresa ferroviária. Ou seja, gradativamente, os poderes públicos – executivo e legislativo – iam se tornando sensíveis à questão social e buscando maneiras de contornar os desafios. Ainda antes de 1930, algumas categorias profissionais começam a ser beneficiadas com leis de proteção contra acidentes de trabalho e a lei de férias foi se expandindo para várias categorias. Em 1927 surgiu ainda outro código de menores, só regulamentado em 1933. (FERREIRA; DELGADO, 2007, p. 221 e 222)

Vemos então claramente que algumas questões sociais e medidas de proteção aos trabalhadores foram pautadas em governos anteriores a Vargas, porém a fiscalização das leis eram precárias, tornando-as por vezes ineficientes. A partir da Revolução de 1930 tivemos uma ação mais direta do estado junto aos trabalhadores; esta ação retirou a autonomia dos sindicatos e os vinculou ao governo através do então chamado Ministério do Trabalho, criado em novembro de 1930 justamente para cumprir esta função. Esta vinculação ao estado trouxe consigo a proibição de qualquer manifestação ideológica pelos sindicatos.

Paulatinamente o Estado redefiniria sua posição com relação à estrutura sindical. Os sindicatos deixariam de sofrer as ações *marginalizadoras* características dos anos 10 e 20 e passariam a sofrer a ação integradora que procuraria trazê-los para dentro dos quadros administrativos oficiais, com o intuito de transformá-los em elementos da política econômica do governo. (JESUS, 1995, p. 85)

Tivemos então em 1930 uma transição na economia, partindo para uma economia mais urbano-industrial, sendo a mesma gerida por um estado mais corporativista. 1930 tem como

marco a renovação das políticas voltadas ao trabalho, consolidando um estado que se mantém através do controle das relações entre o capital e o trabalho.

## 2.1 SINDICATOS CORPORATIVISTAS

Maria Celina D'Araújo afirma que o século XX tem seu início marcado por uma doutrina corporativista que se consolidava mundialmente em vários países, sendo apresentado como alternativa tanto para modelos econômicos capitalistas quanto socialistas. D'ARAÚJO (2003) O corporativismo<sup>16</sup> se mostrava como uma ação intermediária entre esses dois sistemas, o qual tem por objetivo diminuir as desigualdades sociais mantendo as hierarquias. Para isso o estado deve se imbuir de total poder, para que através de organizações, que substituem os partidos e organizações políticas, atuasse através de um consenso. Esta atuação partiria de grandes ramos da produção econômica que definem os interesses da sociedade em geral. Para isso o estado atuaria através de uma ditadura impondo diretrizes, que a população ajudaria através de atividades cívicas e econômicas, sem mostrar divergências ideológicas, mantendo uma harmonia social sem luta de classes, gerando assim o progresso.

Os sindicatos, na concepção corporativista, têm como objetivo organizar as áreas de atividades do trabalho e conciliá-las com os interesses do capital. A organização corporativista no Brasil se desenvolveu sem pluralidade, pois em 1939 era permitido apenas um sindicato para cada categoria no meio urbano, que tinha por objetivo reunir as empresas com atividades em comum.

A autora também descreve que o trabalho se organizava através de oito grandes ramos de atividade<sup>17</sup>, tendo uma confederação de trabalhadores e uma de empregadores estabelecido pela CLT<sup>18</sup>. Esta rede de sindicatos mantinha funções públicas, porém tinha características privadas, era subordinada ao Ministério do Trabalho, o qual garantia o controle do estado sobre estes sindicatos. (D'ARAÚJO, 2003)

A organização corporativista se dava da seguinte maneira no meio urbano: os sindicatos no plano municipal, federações no plano estadual e confederações no plano federal. Cada

---

<sup>16</sup> Para compreender melhor o que é corporativismo ler o artigo de D'ARAÚJO, Maria Celina. **Estado, Classe trabalhadoras e política sociais**. In: Ferreira, Jorge; Lucília de A. N. Delgado (Orgs). O Brasil Republicano. O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 213-240.

<sup>17</sup> Estes ramos eram, comércio; indústria; transporte marítimo, fluvial e aéreo; transporte terrestre; comunicação e publicidade; crédito; educação e cultura; profissões liberais.

<sup>18</sup> Consolidação das Leis Trabalhistas, aprovada em 1943.



federação tinha no mínimo três sindicatos no âmbito estadual, e cinco federações para constituir uma confederação no plano nacional. Esta organização se dava de cima para baixo, sendo todos parte do estado.

Nosso modelo sindical foi construído visando ao controle social que pudesse levar à construção de um país harmonioso e pacífico. Visava a impor uma filosofia social em contraposição à filosofia individualista do liberalismo ou à filosofia classista do socialismo. Tinha também como meta criar atrativos para os trabalhadores saírem do campo e se dirigirem ao trabalho industrial nas cidades. Nos anos 1930, o Brasil era um país rural e a maior parte da população (75%) ainda estava no campo. A legislação sindical, ao criar alguns direitos apenas para os trabalhadores urbanos, introduzia uma maneira de tornar o trabalho industrial mais atrativo. Além disso, e talvez o mais importante, é que através dos sindicatos o governo tinha em mãos instrumentos poderosos para controlar as atividades desses trabalhadores, evitar greves ou até mesmo silenciar o movimento operário. Ou seja, com uma mão o governo reconhecia os sindicatos como instrumentos de organização, uma velha demanda dos trabalhadores em todo mundo, e com outra, criava restrições para que esses sindicatos pudessem ser usados pelos trabalhadores como instrumentos de reivindicação e de mobilização. (D'ARAUJO, 2003. p. 2 e 3 )

O governo Getúlio Vargas ao impor esta organização sofreu resistência dos trabalhadores. Esta resistência foi combatida com repressão policial. Uma ditadura do Estado Novo é instaurada em 1937, já em 1939, é estabelecido o Decreto de nº 1.402. Este decreto entre outras coisas proibia expressamente as greves e garantia ao governo o controle dos sindicatos.

Segundo Maria Celina d'Araújo (2003), em 1940 foi criado o Imposto Sindical, este estipulava um dia de trabalho de cada trabalhador para o sindicato da categoria que seu trabalho pertencia, seja ele filiado ao sindicato ou não. O controle sindical pelo estado mantinha-se através das seguintes maneiras, as associações tinham que ser registradas no Ministério do Trabalho para serem reconhecidas; os estatutos sindicais, o que determinam como uma instituição vai ser gerida, eram iguais para todos os sindicatos, o qual era elaborado pelo Departamento Nacional do Trabalho, inclusive determinando como o sindicato, federações e confederações gerenciavam seu orçamento, que deveria ser uma vez por ano avaliado pelo Ministério do Trabalho; o Ministério do Trabalho designava também qual chapa iria concorrer às eleições da diretoria do sindicato, as quais prioritariamente deveriam comprovar não ter ideologias com um “atestado de ideologia adquirido na Delegacia Especial de Segurança Política e Social”. Qualquer divergência ou conflito que comprometesse o sindicato poderia levar a uma interferência do Ministério do Trabalho, podendo até destituir a direção se a mesma infringia a lei; todo sindicato deveria ter o controle dos seus associados, e através dos dados pessoais a tutela sindical era exercida. (D'ARAUJO, 2003, p. 4)

Os sindicatos tinham por função garantir aos sindicalizados serviços médicos, dentistas e clubes de recreação. Para que estes serviços fossem garantidos a todos os sindicalizados, o

número de pessoas ligadas a cada sindicato era limitado, sendo este estipulado de acordo com a contabilidade do mesmo, a qual era garantida por todos os trabalhadores filiados ou não, ou seja o imposto sindical era obrigatório mas a filiação não.

Esta estrutura burocrática e corporativista brasileira teve como cria o chamado “Pelego”. Este tinha por função conciliar os interesses dos patrões e dos empregados.

O dirigente sindical não pode em nenhum momento ver o sindicato como órgão que lhe dê um status e não deixa de denunciar as arbitrariedades existentes dentro da sua categoria. O pelego é a omissão do movimento sindical brasileiro, servindo mais ao patrão do que ao operário, são verdadeiros entraves ao desenvolvimento da classe trabalhadora. É de muita recepção, mas de pouca participação. Um dirigente sindical não deve sujeitar a ser um vogal, um juiz classista, apenas para ganhar dinheiro. (...) Cerca de 80% dos sindicatos brasileiros são pelegos (TOALDO, 2011).

O “pelego” era a chamada liderança ideal, o qual desenvolvia e estabelecia o objetivo principal do corporativismo, evitava conflitos entre as classes. Amenizando os conflitos, estas lideranças conquistavam cargos importantes dentro da estrutura estatal, pois os mesmos tinham o apoio do governo e dos empresários.

A lei sindical corporativista de Vargas atuou duramente na ditadura do Estado Novo, ela estipulava claramente que os sindicatos serviriam aos trabalhadores se seus interesses fossem de acordo com o governo em vigor.

Nunca é demais lembrar que as democracias só existem como tal apenas quando reconhecem que os trabalhadores organizados são agentes políticos, legítimos e imprescindíveis. E que essa organização vai além do sindicato, e se estende pelos partidos e pela representação no Congresso através de eleições livres. Vargas reconheceu os trabalhadores através dos sindicatos, mas não as liberdades políticas. E sem liberdade política, os direitos trabalhistas – bem como qualquer direito – nunca estarão completos. (D'ARAUJO, 2003, p. 7)

O decreto-lei n.1.402, de 1939 estipula uma unicidade sindical, a qual já havia sido pautada em 1930. Isso fez restaurar o sindicato único por categoria profissional. O estado ainda é, neste período o único gestor deste direito público. Porém as greves são expressamente proibidas neste decreto.

O sindicato único, modalidade de organização sindical que se enraizou entre nós e foi mantido pela Carta de 1988, tem vários defensores, à esquerda e à direita. Na lógica da esquerda, tem sido visto como uma forma vantajosa de organização para a classe trabalhadora pois evitaria as cisões de classe. Partilhando a noção de que a “união faz a força”, juntos, os trabalhadores teriam mais expressividade em suas reivindicações.

Para os setores conservadores, temerosos da força que um movimento grevista pudesse tomar, o sindicato único, vinculado diretamente ao Estado, era garantia de controle público e de limitações legais à capacidade de iniciativa e reivindicatória dos trabalhadores – era garantia de paz social. Para os críticos da lei, essa determinação reduziria a capacidade de iniciativa dos sindicatos, acomodaria os dirigentes e tiraria dos trabalhadores a possibilidade de criar organizações alternativas mais representativas para a defesa de seus direitos. (D'ARAUJO, 2003, p. 4 e 5)

Ramos (2011), afirma que em 1970 temos então uma intensa luta travada pelos movimentos sociais contra a estrutura sindical corporativista. Estas lutas estavam presentes tanto no meio urbano quanto no meio rural, as quais questionavam a atuação dos sindicatos e a tutela do Ministério do Trabalho. Estes tinham como proposta o chamado Novo Sindicalismo, o qual era contra as atitudes do (chamado) pelego, e buscava uma negociação direta entre trabalhadores e patrões, contra a parcialidade da Justiça do Trabalho, contra as intervenções estatais nos sindicatos e a busca por recursos para realização das greves ditas ilegais neste período.

## 2.2 SINDICATOS RURAIS

Devemos voltar ao período Vargas para melhor compreender o sindicalismo rural. A era Vargas sofreu bastante pressão da classe rural dominante, pois os mesmos não aceitavam o sindicalismo corporativista. Para Ronaldo Pereira de Jesus (1995), este modelo de sindicato cooperativista, estabelecido em 1930, foi uma das investidas do governo provisório para controle das associações de classe. Este objetivo fica claro com a lei de sindicatos, que regia a unicidade sindical e vinculação obrigatória destes sindicatos ao governo. As associações privadas ou autônomas passam a ser regidas e organizadas pelo governo, o qual em um período de intensa modernização e industrialização passa a ter controle sobre a economia. Esta desvinculação do modo corporativista no meio rural se deu devido a existência na época de muitas pressões da classe dominante agrária junto ao setor responsável pela formulação da legislação sindical. Havia várias propostas de organização que vinha do setor patronal agrícola. Ramos descreve que

Frações da classe dominante agrária representadas pela SNA<sup>19</sup>, sob a alegação de que a natureza das atividades agrícolas dificultava sua organização em sindicatos, obtiveram êxito em determinar que as normas para sindicalização do meio rural fossem regidas a partir da legislação específica. Essa legislação seria formulada pela

---

<sup>19</sup> Sociedade Nacional da Agricultura

Comissão Sindical da Agricultura Brasileira, criada ainda em 1939. A SNA pôde contar com a forte atuação junto a Comissão posto encontrar-se representada nos dois principais cargos desta agência: a presidência (ocupada por Arthur Torres Filho, vice presidente da SNA) e a secretaria (ocupada por Luiz Marques Poliano, também secretário da SNA). (RAMOS, 2011, p. 32)

Em meio a muitas discordâncias de qual modelo sindical implantar no meio rural, havia como opção formar tanto sindicatos patronais quanto de trabalhadores, ou agremiações mistas. A Comissão decidiu dar origem, sobre forte pressão do governo, a lei n. 7038 formulada em 1944, a qual estabeleceu que os sindicatos rurais seriam estabelecidos de um lado o sindicato patronal e de outro o dos trabalhadores rurais. Porém a própria Comissão revogou essa lei. Com a queda do Governo Vargas, e com o grande esforço da Sociedade Nacional da Agricultura (SNA) em tornar seus critérios de formação sindical rural prevaletidos, a Comissão passa a regular a seguinte proposta:

Esta proposta tinha como argumento que a agricultura constituía uma “*profissão*”, não podendo ser representada em termos classistas. Inexistiriam, segundo a Comissão, grandes embates entre proprietários e empregados rurais, visto que conviviam com base em “*relações familiares*” e se uniam contra as adversidades climáticas. Desta forma, a Comissão pregava uma organização de tipo ‘*misto*’, que englobava proprietários rurais, parceiros e arrendatários. Além disso, esta organização estaria subordinada ao Ministério da Agricultura e não ao Ministério do Trabalho (criado, segundo membros da Comissão, para regular conflitos urbanos). A SNA procurou, assim, inserirem seus mecanismos de convencimento a consagração de uma relação (e violência) simbólica existente no meio rural em que condições de exploração eram escamoteadas por laços de afetividade. (RAMOS, 2011, p.33)

Foi assim que diferente do meio urbano, a partir de uma legislação que tinha como base o Decreto n. 8127, formulado em 1945, o meio rural passa a ter sistemas de representação “mistos”, que englobavam todas as categorias profissionais junto aos patrões na mesma Associação Rural.<sup>20</sup> Ramos (2011), afirma que esse sistema manteria os trabalhadores sob controle dos patrões, já que as especificidades dos trabalhadores passam a ser esquecidas ou comparadas com as dos patrões, ignorando a violência vivenciada pelos trabalhadores, pois a mesma passa a ser camuflada com a suposta “relação familiar”. Segundo o decreto, deveria ser criada uma única Confederação para a agricultura (composta por associações municipais e federações estaduais), denominada Confederação Rural Brasileira (CRB).

---

<sup>20</sup> Decreto-Lei N° 8.127, De 24 De Outubro De 1945. Art. 1° Cada Município terá uma Associação Rural, de que poderão fazer parte as pessoas naturais ou jurídicas que exercerem profissionalmente atividades rurais, em qualquer de suas formas, agrícola, extrativa, pastoril ou industrial, e também técnicas ligados a essas atividades. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/Del8127.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del8127.htm). Último acesso em 02/11/2017 às 11:29.

Uma das primeiras formas de organização dos trabalhadores rurais foram as Associações de lavradores. Estas não tinham a necessidade de ser aprovadas pelo Ministério do Trabalho, as quais necessitavam apenas de um registro em cartório. Estas organizações davam legalidade às reivindicações dos camponeses. Estas entidades de representação dos trabalhadores rurais começam a surgir pelo Brasil a partir da década de 40, em Pernambuco, São Paulo e Minas Gerais. “As associações civis, por sua vez, destinavam-se aos que de alguma forma tinham acesso à terra (posseiros, arrendatários, meeiros etc.) e cuja luta se voltava principalmente contra os despejos, aumento de renda etc., culminando nas demandas por alterações fundiárias.” (MEDEIROS, 1989, p. 26)

Oswaldo Heller da Silva, em sua tese de doutorado (1993)<sup>21</sup>, descreve que no Paraná até a metade dos anos 1950, os sindicatos no meio rural eram inexistentes, sendo escassos em território nacional. O meio rural paranaense vivenciava sérios problemas sociais, como grilagem de terras, não observância da legislação do trabalho, ruptura de contratos de arrendatários e parceiros, violência de várias espécies, etc.

Silva afirma que o PCB foi muito importante na constituição dos primeiros sindicatos no Paraná, os quais carregavam algumas características dos sindicatos urbanos. Essas características prevaleceram tanto na questão estrutural, no programa político quanto nas ações. O PCB tinha pouca experiência no meio rural, e sua linha operária prevalecia em muitas de suas decisões tomadas no meio rural. Essas decisões tinham marcadas os preconceitos e a atmosfera política daquele momento, o qual o urbano era considerado o moderno e avançado, enquanto o rural atrasado e ignorante. “Durante os anos de 1950 e 1960, no Brasil, uma parcela significativa de burocratas, políticos e cientistas sociais acreditava que para o processo de desenvolvimento se consolidar era necessária a existência de uma ideologia desenvolvimentista.”<sup>22</sup> A sociedade neste período se representava pelas produções culturais, as quais espalhavam uma ideia de modernidade e de democracia, sendo o rural considerado por amplos setores como o atrasado, chamando esta mão de obra para as fábricas.

Esse período foi marcado por dificuldades legais de representação em sindicatos oficiais da classe trabalhadora rural. Estes vivenciavam péssimas condições de vida e de trabalho. Mas foi a partir de 1940 que a atuação de movimentos sociais incentivando a luta pelos direitos destes trabalhadores, passa a ser realidade nesta conjuntura.

---

<sup>21</sup>A foice e a cruz: comunistas e católicos na história do sindicalismo dos trabalhadores rurais do Paraná. Curitiba 2006.

<sup>22</sup> Disponível em <http://periodicos.uesb.br/index.php/politeia/article/viewFile/228/246>, ÚLTIMO acesso 04/06/2017 as 17:36. NÓVOA, Jorge e FRESSATO, Soleni, Um Caipira Ingênuo e Malicioso Debocha da Modernidade: representações no cinema de mazzaropi.

Voltando para 1964, vimos que o sindicalismo corporativista no meio rural se expandiu e se consolidou a partir desta data. Esta expansão se deu ,como descreve Ramos, com o aumento de sindicatos, federações e confederações.

A estrutura corporativista a partir destas organizações começa a ser implantada no meio rural. Este processo de sindicalização rural não se deu pela iniciativa do governo. Este sindicalismo se deu através de mobilizações dos trabalhadores rurais nas décadas de 1950 e de 1960, as quais garantiram um significativo avanço na sindicalização, já que o modelo implantado no campo tinha um caráter associativo, graças à grande intervenção da classe patronal. Estes trabalhadores em suas mobilizações garantiram mais ações políticas voltadas para o campo com legislações trabalhistas e sindicais.

A fundação da CONTAG e da CNA igualmente contou com a ampla participação (e disputa) de diferentes organizações da sociedade civil. No caso da CONTAG, constataram-se embates entre a ULTAB, a AP e setores da Igreja Católica ligados aos Círculos Operários Cristãos pela hegemonia na direção do novo órgão. Já em relação à CNA, houve apenas a transformação da CRB em entidade sindical. Entretanto, cabe lembrar as divergências ocorridas entre a SNA e a SRB no contexto de formação da CRB. Estes conflitos revelam distintos interesses e projetos no meio rural brasileiro, devendo-se também, em muito, às importantes prerrogativas capitalizadas pela CONTAG e pela CNA: o direito à participação junto às agências estatais responsáveis pela elaboração das políticas voltadas para a agricultura, a garantia de recursos via o imposto sindical e a representação oficial dos interesses, respectivamente, do trabalhador e do patronato rurais. Por certo, tais atribuições em muito contribuíam para a propagação das visões de mundo das frações de classe contempladas nesta esfera de representação. (RAMOS, 2011, p. 69 e 70)

No governo de João Goulart a questão agrária sempre esteve em pauta. O Poder Executivo neste período teve grande envolvimento com a questão agrária, o qual se demonstrou com o comparecimento do presidente ao primeiro Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, organizado pela ULTAB em Belo Horizonte em 1961.

O governo atuou de forma significativa no terreno da legislação sindical e trabalhista rural. Essa atuação possibilitou aos camponeses a criação de sindicatos e federações, levando posteriormente à criação da Contag. O meio rural vivenciava até então vários entraves legais que impediam a implementação reconhecida destas organizações, o que levou a formação das ligas camponesas e outras organizações de caráter civil. (GRYBSZPAN)<sup>23</sup>

---

Disponível em:

[http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/A\\_questao\\_agraria\\_no\\_governo\\_Jango](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/A_questao_agraria_no_governo_Jango). Visualizado em 04/11/17.

Foi através do governo de João Goulart que também tivemos a criação da SUPRA<sup>24</sup>. Está tinha por objetivo colocar em prática medidas de reforma agrária no Brasil. Um dos impedimentos para a implementação destas medidas de reforma agrária foi a Constituição nacional, que previa indenização prévia em dinheiro para desapropriação das terras, o que levou o governo a alegar falta de verba para a implementação de projetos de reforma agrária. Outro empecilho para o governo era a falta de apoio do Congresso para implementação destas reformas, pois para isso era preciso obter o apoio de 3/5 do congresso.

Devemos compreender que mesmo o presidente João Goulart atuando em prol dos camponeses, este tinha uma linha política anticomunista. Por vezes deixou claro que não queria entregar o controle da sindicalização rural a grupos extremistas, buscando sempre neutralizar a ação dos grupos comunistas nas organizações dos trabalhadores do campo.<sup>25</sup>

---

<sup>24</sup> Superintendência de Política Agrária. Desde sua criação, pairou sobre a Supra a acusação de ser um local de “agitadores” e “comunistas”; tal suspeição estava relacionada à própria especificidade da autarquia e de suas atribuições. Além de dedicar-se à política de reforma agrária, a Supra atuou de forma significativa no processo de sindicalização rural, fornecendo apoio institucional para a formação de sindicatos e para o seu reconhecimento, a partir de um convênio estabelecido com o Ministério do Trabalho e da criação da Comissão Nacional de Sindicalização Rural. (Gasparotto, 2016, p, 206)

<sup>25</sup> Ibidem, p, 207.

### 3. FORA DOS CÁLCULOS DO CAPITAL: A LUTA DOS CAMPONESES PELA DEFESA DA TERRA

*“Sinto-me pobre por viver numa sociedade em que índios e camponeses precisem proclamar de voz viva que são humanos, que não são animais, e menos ainda selvagens. Por identificar-me com eles, fico em dúvida sobre o lugar que ocupo, na escala que vai do animal ao homem, numa sociedade que não titubeia em proclamar a animalidade de seres que não são considerados pessoas unicamente porque são diferentes – falam outra língua, tem outra cor, outros costumes. Uma sociedade, que no final, não tem certeza sobre a linha –limite que separa o homem do animal”. (José de Souza Martins. A chegada do estranho).*

A disputa pela terra historicamente foi motivo de lutas e organizações. A luta pela terra forjou novas identidades, constituiu os camponeses e os fez se identificar como classe. Os conflitos que geram até os dias de hoje mortes e violência, se forjaram devido às condições impostas pelo sistema capitalista, o qual gerou a expropriação e conseqüentemente o êxodo rural dos posseiros, camponeses, trabalhadores e indígenas, forçando uma subordinação dos mesmos. Esses conflitos fizeram surgir diversos movimentos de contestação da ordem imposta, os quais tinham como inimigos latifundiários, Estado e empresas<sup>26</sup> que visavam se instalar no meio rural.

Para melhor compreender a atuação do capital no campo precisamos ter conhecimento de alguns estudos. Martins (1981) traz uma discussão que vale a pena ressaltar. A terra como um bem natural não produzida pelo trabalho acaba sendo uma contradição no sistema capitalista. Sabemos que o capital é o trabalho humano acumulado, o qual é produzido socialmente mas tem seu fruto acumulado nas mãos de poucos. Somente o trabalho produz riqueza, mas essa riqueza aparece neste sistema como fruto do capital. O qual concebe através da ilusão de que a troca de salário por força de trabalho é justa, tornando ao trabalhador desconhecida sua própria riqueza.

O capitalismo se manifesta principalmente através da troca, e para isso acontecer no campo tem por princípio separar o trabalhador de seus meios de produção, ou seja, a terra. A terra é um bem natural que não pode ser reproduzida e um bem finito; para Martins (1981) a apropriação da terra pelo capital não se dá por um processo de trabalho, ou seja, a terra não é

---

<sup>26</sup> Envolvidas diretamente na produção agrícola e pecuária, seja envolvidas na comercialização e industrialização dos produtos agrícolas. A política de incentivos fiscais para o desenvolvimento da Amazônia e a política de florestamento e reflorestamento nas várias regiões do país acentuaram o interesse das empresas capitalistas pela terra. Martins (1981).



produzida, ela está disponível a todos sem justificativa de produção individual ou coletiva. Então particularmente a terra não tem valor, pois ela não se desenvolve através da exploração do trabalho e sua apropriação nem pode ser legitimada. Para se apropriar do trabalho, o capital separa os meios de produção do trabalhador, então cria a condição para se apropriar de seu trabalho, e assim como o salário que paga ao trabalhador o capital precisa pagar uma renda para se apropriar da terra, a tornando assim como o trabalho, uma mercadoria.

A terra para o capitalista significa um meio de multiplicar seu dinheiro. A terra não se desgasta e não precisa ser produzida novamente, e “o dinheiro empregado na terra não opera como o capital. Sendo compra de renda, do direito de extrair uma renda da sociedade no seu conjunto, é renda capitalizada e não capital” (MARTINS, 1981, p. 167). Quanto mais terras tiver um proprietário mais capital este deve ter para se desenvolver como capitalista.

Isso faz com que o capital se desenvolva em pequenas e grandes propriedades. A exploração capitalista pode se desenvolver apenas com os alugueis dessas terras. A concentração de terras não aumenta a capacidade de produção do trabalhador, somente a concentração do capital que tem essa capacidade, onde simultaneamente aumenta o poder do capitalista em extrair a mais-valia. A propriedade concentrada possibilita a extração maior da mais-valia social. A reforma agrária também pode ser apoiada pelos capitalistas, desde que essa seja distributiva e se pague pela terra distribuída. “Não há como separar o que o próprio capitalismo unificou: a terra e o capital; já não há como fazer para que a luta pela terra não seja uma luta contra o capital, contra a expropriação e a exploração que estão na sua essência.” (MARTINS, 1981, p. 177).

Martins afirma, que quando o capital não consegue extrair junto ao proprietário o lucro e a renda, o mesmo opera através da dependência do proprietário com o crédito bancário ou através dos intermediários...ou extraindo através da circulação do produto agrícola a renda diferencial.

Os conflitos por terra no território brasileiro surgem deste a invasão pelos portugueses das terras indígenas. Estes até os dias de hoje estão sujeitados a pequenas reservas e a luta constante pelos seus direitos que são usurpados constantemente. A retirada das terras dos povos indígenas vai além da mera sobrevivência, retira das tribos a chance de sobrevivência de suas culturas, resignando-as a exploração do mercado capitalista. Ramos afirma que,

Para as sociedades indígenas a terra é muito mais do que simples meio de subsistência. Ela representa o suporte da vida social e está diretamente ligada ao sistema de crença e de conhecimento. Não é apenas um recurso natural, mas – é tão importante quanto este – um recurso sociocultural.” (RAMOS, 1995, p. 13).

Os africanos escravizados também por vezes se utilizaram de formas organizadas para se revoltarem contra seus senhores. Ao fugirem, se organizavam em terras virgens e inexploradas e formavam quilombos, com métodos de sobrevivência coletiva, sendo uma organização política, social e econômica própria deles. No período de escravidão a terra não tinha importância, o valor estava nos “escravos” que constituíam uma forte renda com o tráfico negro. Para obter o acesso a terras era preciso ter escravos para nela trabalhar, essa era a condição. Mestiços e indígenas passam a não ter importância nesta sociedade, então ou se tornavam agregados da fazenda ou fugiam dos lugares de domínio dos brancos e passavam a formar pequenas comunidades mata adentro, sendo removidos assim que os fazendeiros necessitassem das terras. Com a abolição da escravidão a terra passa a adquirir valor, estipula-se então uma renda para domínio da mesma e não mais de escravos para ser proprietário.

Antes, o fundamento da dominação e da exploração era o escravo; agora passa a ser a terra. É a terra, a disputa pela terra, que trazem para o confronto direto camponeses e fazendeiros. A mediação do escravismo disfarçara anteriormente esse confronto, fizera do mestiço livre um aliado da escravidão, um excluído da escravidão, um liberto. O fim do trabalho escravo, a revelação de um novo instrumento de dominação, revelou também a contradição que separa os exploradores dos explorados. Sendo a terra a mediação desse antagonismo, em torno dela passa a girar o confronto e o conflito de fazendeiros e camponeses. (MARTINS, 1981, p.63)

Segundo Stédile (2011), Os camponeses brasileiros tem sua origem através de duas vertentes. A primeira vertente foi através da população mestiça, as quais, como vimos antes, por vezes não se sujeitavam a trabalho escravo e eram impedidos pela Lei de Terras<sup>27</sup> de se tornarem proprietários. E a segunda com a imigração de mais de 2 milhões de camponeses pobres da Europa que se estabeleceram principalmente nas regiões sudeste e sul do país

Para Martins, (1981), vários foram os nomes dados a estes camponeses: posseiros, caipiras, rústicos, atrasados, seringueiros, meeiros, foreiros, assalariados rurais, pequenos produtores autônomos, agregado, arrendatário, parceiro e entre outros. O camponês só foi designado assim há pouco tempo. Camponês é uma palavra política que veio para dar unidade de luta e nas respectivas situações de classe, a qual indica seu lugar dentro da sociedade. Os mesmos sendo expulsos e expropriados de suas terras no decorrer dos anos se utilizaram de lutas e organizações políticas para a conquista de seus direitos, o que o fez também ser enxergado como um perigo a se conter.

---

<sup>27</sup> Lei de Terras (lei nº601 de 18 de setembro de 1850) primeira lei a dispor sobre normas do direito agrário no Brasil. Esta lei abolia as sesmarias e estabelecia a compra como única forma de acesso à terra.

Particularmente a partir dos anos 50, camponeses de várias regiões do país começaram a manifestar uma vontade política própria, rebelando-se de vários modos contra seus opressores, quebrando velhas cadeias, levando proprietários de terras aos tribunais para exigir o reparo de uma injustiça ou o pagamento de uma indenização; organizando-se em ligas e sindicatos, exigindo do estado uma política de reforma agrária; resistindo de vários modos a expulsões e despejos; erguendo barreiras e fechando estradas para obter melhores preços para seus produtos. (MARTINS, 1981, p.10)

Martins (1981) descreve que nem todos os conflitos no campo tiveram atuações de partidos políticos em sua organização e conscientização, porém estes foram importantes para a elevação da consciência dos camponeses envolvidos. Os camponeses por vezes não tinham a teoria marxista como objeto de estudo, mas tinham uma situação econômica degradante que os consumiam e os desapropriavam, passando assim a se utilizar da fé e da vingança para se libertarem, e em outros casos de sindicatos, associações e movimentos sociais com teorias e atuações diferenciadas.

Em uma perspectiva evolucionista, utilizada por vários estudos brasileiros, podemos classificar os conflitos no campo na seguinte maneira: messianismo, banditismo social; associativismo e sindicalismo, sendo chamados por esses estudos de movimentos pré-políticos. Assim como aponta José de Souza Martins, estes claramente não podem ser visualizados desta maneira, já que um não deixou de existir para começar o outro, “o processo histórico tem na sua essência a contradição que gera e confronta as classes entre si opostas, mas contém também a desigualdade dos ritmos de desenvolvimento histórico, sobretudo a desigualdade entre as relações sociais e a interpretação dessas relações por aqueles que as vivem.” (MARTINS, 1981, p. 28).

Martins trabalha sobre os movimentos camponeses, suas características e organização. Através deste autor compreendemos que o messianismo surgiu devido às expulsões dos mesmos de suas terras, foram considerados messiânicos devido à uma liderança, que era considerado um “messias” pelos camponeses, o qual tinha como objetivo lutar por uma sociedade mais justa e igualitária. Estes camponeses não seguiam esses líderes somente movidos pela fé, mas sim devido à falta de condições de vida, sendo que os mesmos foram expropriados de seus meios de produção e jogados à margem da sociedade.

Podemos destacar aqui dois destes movimentos messiânicos, Canudos, 1896-1897 (Bahia) e Contestado, 1912-1916 (Sudeste e Centro-Oeste do Paraná, e Oeste de Santa Catarina). Estes movimentos por vezes foram considerados religiosos e “não políticos”, os desmerecendo politicamente, mesmo que eles tenham abalado à ordem social imposta e sido fortemente reprimidos pelos governantes da época.

O banditismo social, de acordo com Martins (1981), tem sua base nos conflitos familiares, luta pela terra, crimes de honra e vingança. Este tem raízes coloniais, porém foi com o coronelismo da República que o mesmo se fortaleceu. O banditismo era praticado geralmente por sertanejos sitiados, posseiros e camponeses que sofriam violência e expulsões por parte dos coronéis através de jagunços e da polícia local, a mando dos políticos, e se utilizavam da vingança para reclamar a ofensa. Muitos deles ingressavam em um bando e passavam a ser cangaceiros, estes tinham a vingança em suas ações, porém estas não tinham cunho apenas pessoal. Antônio Silvino foi um destes cangaceiros, que após uma vingança pessoal formou o seu bando e atacava ricos para distribuir aos pobres; já Lampião nem sempre teve em seus ataques distinção entre ricos e pobres, tendo por vezes estima de fazendeiros.

Tanto o cangaço quanto o messianismo tiveram proporções localizadas. Os movimentos messiânicos representava um perigo para a ordem constituída, inclusive as ações de cangaceiros que ao tirar do rico para dar aos pobres estimulavam as agressões e a rebeldia. Estes movimentos foram localizados pois os processos políticos definiam-se nas localidades assim como muitos movimentos camponeses que surgiram posteriormente, que mesmo sendo locais tiveram intervenções do exército e proporções estaduais.

As lutas dos camponeses, como descreve Martins (1981), têm sido vistas com suspeitas e descrédito, colocadas em uma suposição de que os camponeses são estranhos à política, sendo para estes dirigido apenas o papel de subordinados e passivos. Várias são as lutas travadas no decorrer dos anos por estes sujeitos históricos, porém os fatos são classificados como reais mas sem importância histórica para os esquemas de interpretação, posições partidárias e a lógica férrea do economicismo desenvolvimentista, como afirma Martins. As lutas camponesas seguem na contramão do desenvolvimento capitalista, pois lutam em sua maioria por sua propriedade, impedindo a expropriação capitalista e o surgimento do trabalhador expropriado e assalariado, a condição fundamental para a constituição e definição do capitalismo.

Seria entretanto, pura imbecilidade tentar convencer o camponês que está sendo despejado, cuja casa está sendo queimada pelo jagunço e pela polícia, de que deve aceitar tal fato como uma contingência histórica, como ocorrência que é ruim para ele, mas que é boa para a humanidade (ou ao menos para os ideólogos e justificadores de tais violências e injustiças), pois é o que vai permitir o desenvolvimento do capital, daquele mesmo que o antagoniza patrocinando tais violências. O problema nem é um problema economicamente nem estritamente teórico – é um problema político, da luta e do confronto entre as classes sociais, entre exploradores e explorados. (MARTINS, 1981, p.13)

Muitas lutas, greves e revoltas locais espalhadas no meio rural se desenvolveram pelo Brasil. Estas possibilitaram a formação de entidades, sindicatos, ligas, associações que

organizavam os camponeses nestas lutas. Boa parte destas organizações que surgiram a partir da década de 1930 tiveram a participação do PCB, que disputava a hegemonia com a Igreja Católica nestas organizações, que ao final desta disputa resultou em uma aliança que forjou o que para Martins (1981) foi um importante resultado político do período, a formação da CONTAG. O PCB com o tempo passa a perder sua influência no campo, fortalecendo assim a influência da igreja<sup>28</sup>. Djoni Roos trata sobre o PCB em sua monografia, afirmando que,

A idéia do Partido Comunista era organizar os camponeses, aliando suas reivindicações à bandeira sustentada pelos dirigentes e simpatizantes do PCB. Dessa forma, nas primeiras décadas do século XX, principalmente a partir de 1940, os camponeses criaram estratégias para resistirem a grande expropriação causada pelo avanço do capitalismo no campo. ( ROOS, 2007, p.17)

Uma das lutas que o PCB teve participação foi em Trombas e Formoso, em Goiás. Em 1950, milhares de camponeses desta região enfrentaram os grileiros e seus jagunços para defender suas terras. O PCB teve como contribuição nesta luta o desenvolvimento da organização destes camponeses em conselhos e trabalhos coletivos (mutirão), que permitia a eles uma defesa mais eficaz contra os jagunços.

A luta pela posse da terra, no centro-norte goiano, expressa no projeto das associações e federações de *lavradores sem terra* e no movimento social de Trombas e Formoso, indicava que, nesse período, a base dos conflitos sociais existentes no campo era a grilagem das terras ocupadas por posseiros ou migrantes expulsos de outras regiões do país. Verificava-se, pois, no centro-norte, a presença de uma luta contra a expropriação da terra ou contra os interesses de fazer a terra entrar no circuito de valorização do capital. Na base dos conflitos sociais existentes, havia uma luta pela autonomia camponesa, que visava a preservação do objeto e meio de trabalho e que expressava formas de resistência ao desenvolvimento capitalista, marcado pela concentração da terra ou pela subordinação da terra ao capital. Nesses termos, a luta pela terra no centro-norte apresentava significativo peso político, pois articulava e mobilizava parte importante dos trabalhadores rurais e revelava um caráter *potencialmente ofensivo*. (GUIMARÃES, 2004, p. 233)

Foi também a partir de 1950, que surgem no nordeste as Ligas Camponesas<sup>29</sup>. Estas surgiram através da formação da Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco no ano de 1955, em Pernambuco. Faziam parte desta organização foreiros pobres que lutavam por suas terras, e com ajuda de Francisco Julião, um deputado estadual e advogado, que já tinha defendido arrendatários nos tribunais, foram formadas mais

<sup>28</sup> Para compreender melhor sobre o desenvolvimento do PCB e seus erros e obstáculos percorridos pelo partido ler GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*, São Paulo, Expressão Popular, 2014.

<sup>29</sup> Como sugestão de leitura sobre as Ligas Camponesas do nordeste ler FÜCHTNER, Hans, *Os sindicatos Brasileiros de Trabalhadores: Organização e função política*. RJ. 1980.

organizações deste porte. Francisco Julião passou a ser presidente honorário e foi chamando mais deputados para o apoio desta organização. A organização foi chamada de Ligas Camponesas, pois fazendeiros começaram a chamá-las deste jeito, pois tinham como referência as organizações comunistas de mesmo nome que havia nos anos 1940.

Foram então formadas as Ligas nestas regiões, pois segundo Julião era mais viável organizar uma associação civil do que um sindicato. As formalidades exigidas para a legalização das ligas eram mais simples, bastava registrá-las em cartório como associações, o que tornava desnecessário o reconhecimento pelo Ministério de Trabalho. Com esse registro em cartório, as ações dos camponeses passavam a ter legalidade.

A Igreja Católica teve um papel muito importante nas organizações camponesas. A igreja passa a participar nas questões agrárias através da Pastoral de D. Inocêncio e com uma atuação reacionária. Essa intervenção da igreja no campo se deu devido as “agitações” e interferências do PCB no campo, tendo como objetivo proteger o camponês, que supostamente seria vulnerável às ações dos “vermelhos comunistas”. Tinham como linha de raciocínio que o êxodo rural que proletarizava os camponeses tornava os mesmos vulneráveis aos comunistas, então para eles era necessário uma reforma agrária, para evitar o êxodo e transformá-los em pequenos proprietários. Esta reforma agrária se daria respeitando a propriedade privada e com justa indenização, sendo que a propriedade deveria exercer uma função social. (MARTINS, 1981).

O Partido Comunista defendia uma reforma agrária radical, mas que se constituía por etapas, que se desenvolveria através de reformas parciais, tanto que defenderam, a partir de 1958 uma aliança com a burguesia nacional e outros setores, pois achavam que esta seria uma etapa essencial para combater o imperialismo.<sup>30</sup>

Já as Ligas Camponesas tinham outra visão da reforma agrária. Acreditavam que esta deveria ser radical, sem alianças com a burguesia e algumas em Goiás adotaram campos de treinamento para guerrilhas. Isso levou à exclusão das mesmas na formação da CONTAG.

João Goulart, que exerceu a presidência do Brasil de 7 de setembro de 1961 à 1 de abril de 1964, era do Partido Trabalhista Brasileiro. O país sofria com a inflação e alta dos preços dos produtos alimentícios. A agricultura estava marcada pelo latifúndio improdutivo e com vários camponeses sem terra ou sendo mal remunerados, com péssimas condições de vida. Para o governo de Goulart a solução estava na reforma agrária, a qual possibilitaria uma maior produção de alimentos fortalecendo assim o mercado interno, desenvolvendo a indústria

---

<sup>30</sup> Tanto Martins (1981) quanto Gorender (2014) tratam dessa nova linha política tomada pelo PCB e PC do B.

nacional e ampliando a oferta de emprego. O governo sofreu várias resistências de setores sociais e partidos que representavam os proprietários, como PSD e UDN, barrando suas propostas e o levando ao afastamento da presidência. (GONÇALVES, 2014)

Através da análise sobre as estatísticas relacionadas à concentração de terras podemos visualizar o quanto a Reforma Agrária se coloca como necessidade primordial. O número de famílias desprovidas da propriedade da terra com o decorrer dos anos aumentou, o que levou a um aumento dos conflitos pela terra. Vemos que,

Em 1950, 80,8 % dos estabelecimentos rurais do país eram de proprietários de terras e 19,2% eram de não proprietários (arrendatários, parceiros e posseiros); em 1975, os estabelecimentos de proprietários haviam sido reduzidos a 61,9% do total e os de não-proprietários haviam subido para 38,1%. Em quanto em 1950 havia 4,2 proprietários para 1,0 não-proprietário, em 1975 essa relação havia sido substancialmente alterada na proporção de 1,6 para 1,0. No caso de pequenos estabelecimentos agrícolas a proporção, em 1975, era de 1,0 para 1,3. (MARTINS, 1981, p. 98)

O número de posseiros sem títulos da terra em 1970 passa a ser um número maior. Essa década foi também um período de muitos conflitos por terra que geraram mortes, ocupações de terras e conflitos entre indígenas e fazendeiros. O Estatuto da Terra aprovado pelo governo militar agora passa a ter como artigo a desapropriação da terra por interesse social sem a prévia indenização em dinheiro, bastando que o pagamento fosse em títulos especiais da dívida pública.<sup>31</sup> A Reforma Agrária adotada passa a ser apenas emergencial, visando desmotivar as tensões no campo e conflitos fundiários, tentando impedir que a questão agrária se tornasse um problema nacional e político. O estatuto também prevê que o problema fundiário deveria ser combatido lentamente com a tributação e a colonização, em último caso a desapropriação.

Devemos também ter a clareza de que com a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) em 1964, tivemos a integração da atividade rural à dinâmica da indústria e do setor de serviços. Isso possibilitou a agricultura entrar em um período de constante modernização, sendo o crédito agrícola um importante impulso para a implantação de tecnologias no meio rural.

Através de taxas de juros subsidiadas e de recursos fartos articulou-se toda uma cadeia de atividades, que passou a responder aos determinantes estabelecidos pela política macroeconômica do país. Em torno do crédito rural gravitaram as atividades

---

<sup>31</sup> “Emenda Constitucional n. 10, de 10 de novembro de 1964”, in Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, cit., p.2. (Martins; 1981; 95)

de assistência técnica, pesquisa agropecuária, seguro, armazenagem e todo um conjunto de ações ligadas à agro industrialização das matérias-primas do campo. Nessa fase de intensificação da modernização, o Estado brasileiro reinava supremo constituindo setores e definindo a ênfase das políticas. ( BELIK; PAULILLO, 2001 apud MIRALHA, 2006, p. 157.)

Após o golpe de 1964 as duras repressões se abateram sobre o PCB e principalmente sobre as Ligas Camponesas. Vemos acima que o governo militar não estava preocupado com a reforma agrária e sim com a modernização do campo e a ampliação e fortalecimento dos latifundiários. O Estatuto da Terra formado pela elite política dominante veio apenas para auxiliar os latifundiários, já que o seu objetivo era apenas conter os movimentos sociais, criando um obstáculo jurídico à reforma agrária. (MIRALHA, 2006)

A modernização incentivada pelo governo militar trouxe para o Brasil efeitos negativos em relação ao âmbito social, cultural e ambiental. A modernização conservadora intensificou o êxodo rural, pois os camponeses e pequenos proprietários ficaram sem incentivos e abandonados, tendo como opção o trabalho assalariado nas grandes fazendas ou migrar para a cidade, que levou ao aumento das periferias.

#### QUADRO 2: População rural e urbana entre 1950 e 1980

Anos	População Rural		População Urbana	
	Número	%	Número	%
1950	33.61.666	63,8	18.782.891	36,2
1960	38.987.526	54,9	32,004.817	45,1
1970	41.037.586	44,1	52.097.260	55,9
1980	38.573.725	32,4	80.437.327	67,6

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos (1950, 1960, 1970 e 1980).<sup>32</sup>

Com o deslocamento da população rural de pequenos proprietários, aumenta então ainda mais a concentração fundiária. Esta modernização rural beneficiou somente os latifundiários e os industriais, principalmente na regiões centro-sul, gerando intensas desigualdades regionais, impactando principalmente a região da Amazônia e nordeste.<sup>33</sup>

No período, entre 1964 e 1971, temos intensas lutas pela terra no Brasil. No Nordeste temos neste período o maior número de mortos nestes conflitos. Esta região é marcada pela atuação das Ligas Camponesas de Julião. O objetivo dos latifundiários era barrar os ideais disseminados por essas ligas. Em 1972, temos então na Amazônia o maior número de mortes

<sup>32</sup> MIRALHA, 2006.

<sup>33</sup> Ibidem.



em conflitos por terra, marcando a década de 70 pela luta dos posseiros na Amazônia. (OLIVEIRA, 2001)

A região Amazônica atraiu muitos empresários que, atrás de incentivos fiscais, implantaram seus projetos agropecuários nesta região. Esta região era ocupada por povos indígenas e em algumas regiões por posseiros. Os povos indígenas foram submetidos ao genocídio e os posseiros levados para as cidades em formação ou expulsos de suas terras e empurrados para a fronteira em expansão. (OLIVEIRA, 2001)

Em decorrência da ampliação dos conflitos, em 1980, o governo assinou 30 decretos declarando propriedades territoriais de utilidade pública para desapropriação por interesse social para fim de reforma agrária. É mais uma vez o campesinato forçando o governo a reconhecer a legitimidade de suas lutas. (MARTINS, 1981)

Assim como no restante do Brasil, o Paraná tem sua história repleta de conflitos agrários. Além da guerrilha de Porecatu, a qual destacaremos no próximo capítulo, e do Contestado citada acima. Citaremos então o confronto que ocorreu no sudoeste do Paraná em 1957, nas regiões de Pato Branco, Francisco Beltrão e Capanema, em uma terra de litígio entre o governo da União e o governo estadual<sup>34</sup>, o qual na época Lupion<sup>35</sup> era governador estadual. As terras foram vendidas por companhias imobiliárias a colonos gaúchos e catarinenses, que mesmo sendo legítimos proprietários das terras começaram a ser tratados como posseiros pelo então governador, e através de violência foram arrancados e despejados de suas terras, as quais eram vendidas a companhias colonizadoras e a parentes do governador que recebiam generosos benefícios através delas. (MARTINS, 1981)

Os camponeses foram atrás de seus direitos, conflitos armados foram se espalhando em toda a região, os quais tinham a ajuda de vários bandoleiros que viviam na fronteira com a Argentina. Em outubro de 1957 houve então uma revolta contra os jagunços da Citla, companhia do então governador. Os camponeses atuaram através de Juntas Governativas, Assembleias Gerais do Povo, marchas pela cidade de Francisco Beltrão e ocupações de rádios locais. Somente a partir de 1962 que as coisas para os camponeses começam a ser resolvidas,

---

<sup>34</sup> As terras devolutas passaram a ser dos estados, porém as áreas de fronteira ainda eram do governo federal. Os governos tanto estadual quanto federal fizeram concessões de terras na área.

<sup>35</sup> Moisés Lupion, com o fim do Estado Novo e a redemocratização do país, aderiu, em 1946, ao Partido Social Democrático (PSD) e foi escolhido presidente da seção paranaense dessa agremiação, cargo que exerceu até 1950. Em janeiro de 1947, foi eleito governador do Paraná. O início de sua administração foi marcado pelo agravamento da luta armada entre posseiros e grileiros, que disputavam a posse das terras do norte do estado. Nessa época, Lupion fundou a Clevelândia Industrial e Territorial (Citla), empresa voltada para a colonização e a exploração madeireira que se envolveu nos anos seguintes em graves conflitos sociais no campo paranaense. LEMOS, Renato. VERBETE: Moises Lupion de Troya. FGV CPDOC. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/moises-lupion-de-troya>. Ultimo acesso em: 05/11/17.

com a institucionalização das terras e a criação do GETSOP – Grupo Executivo de Terras do Sudoeste do Paraná. (MARTINS, 1981)

Está aí mais um confronto tendo então os posseiros como protagonistas. Estes, como vimos anteriormente, tem sua migração constante devido a conflitos gerados por fazendeiros. Os posseiros se tornam um dos principais protagonistas da luta pela terra no Brasil. Devemos ter a clareza de que o posseiro é o agricultor pobre, que tem como principal fonte o trabalho familiar e a venda do excedente para o mercado local. O mesmo não possui o título da terra e consequentemente não possui assistência e créditos bancários.

Muitas vezes o posseiro foi o invasor para os indígenas, coube a ele o papel de “limpeza” das terras intocadas. Por vezes foi o posseiro branco que avançou nas terras indígenas, pois vivendo várias expulsões migrava para terras ainda não habitadas pela civilização ocidental e ali se estabelecia, ou seja, o explorado tornando-se explorador para conseguir se estabelecer, o que evidencia a contradição que é o capitalismo.

O posseiro, entretanto, é um produto das próprias contradições do capital. A funcionalidade da sua existência se desenvolve porque está inserido em relações dominadas pelo capital e não porque esteja nos cálculos do capitalista. A mesma sociedade que dele se beneficia o quer destruir. A expansão do capital se faz preferencialmente sobre terras ocupadas por posseiros, através da expropriação e da expulsão. A presença do posseiro nesta sociedade compromete um de seus requisitos fundamentais, que é o da propriedade capitalista. Além disso, onde existe o posseiro não há possibilidade de extrair a renda da terra. E a primeira forma de extração dessa renda é a compra e venda de imóveis. (MARTINS, 1981, p. 116)

Vemos na citação acima, que o posseiro se tornou mais uma das consequências do capitalismo, o qual o utiliza para seu benefício e ao mesmo tempo o exclui de benefícios. O posseiro quebra com as regras capitalistas de pagamento de renda pela terra e quebra com os requisitos principais da propriedade capitalista de utilização de mão de obra assalariada e utilização da terra para lucros e não só para subsistência familiar.

Vemos neste capítulo que a posse da terra ao decorrer da história gerou muitos conflitos e exclusão. Várias foram as formas de organização e rebeldia que os trabalhadores rurais se utilizaram para reclamar as seus direitos. Por mais que estes movimentos por vezes tenham sido regionais, questionaram a ordem imposta e foram motivos de inquietação e mobilização nacional (a exemplo de Canudos, com a mobilização do exército). O trabalhador rural, o qual no decorrer da história foi chamado de muitos nomes pejorativos, através de muita luta desponta como classe social desempenhando um significativo papel na política nacional, e através deste empenho conquista direitos legais que por vezes ferem a classe patronal rural.

#### 4 DAS EXPERIÊNCIAS DAS LIGAS EM PORECATU À FORMAÇÃO DE SINDICATOS RURAIS: ORGANIZAÇÕES CAMPONESAS NO NORTE DO PARANÁ.

*“A bandeira vermelha se moveu / É um povo tomando posição  
Deixe o medo de tudo pra depois / Puxe a faca desarme sua mão  
Fique muito tranquilo pra lutar / Desamarre a linha da invasão  
A reforma está vindo devagar / Desembocar no rio da razão  
Disparada de vacas e de bois / É o povo tomando posição  
É o povo tomando direção.”*  
Zé Ramalho<sup>36</sup>

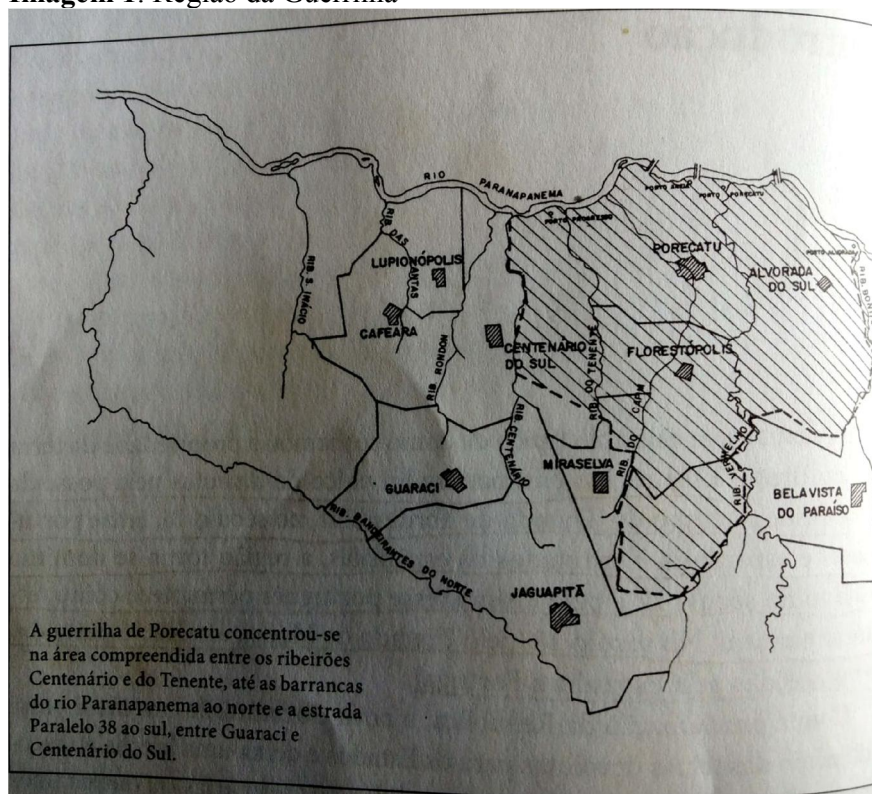
A região de Porecatu foi palco de um dos principais conflitos camponeses na história do Brasil. Este conflito por vezes é chamado de guerra, outras de guerrilha e há quem denomine apenas como uma revolta ou confronto. Não nos deteremos aqui em achar o melhor nome a se dar para esse conflito, mas sim nas organizações que estes sujeitos construíram. Porém para melhor compreensão neste momento o chamaremos de guerrilha<sup>37</sup>.

Foi nas décadas de 1940 e 1950 que, no norte do Paraná, um conflito tendo como protagonistas posseiros que lutavam por suas terras, teve impacto nacional. Em 1930, com a nova política de terras do governo Vargas chamada de “Marcha para o Oeste”, essa região começa a ser colonizada. Grande parte desses posseiros vieram sobretudo da região de São Paulo, tendo como principal objetivo obter um pedaço de terra nesta região. (PRIORI, 2009)

As famílias são incentivadas pelo governo do Paraná a solicitar um lote nas regiões de terras devolutas de Porecatu, Centenário do Sul, Jaguapitã, Guaraci, Miraselva e Florestópolis. O decreto formulado pelo governo oferecia a qualquer pessoa um lote de 200 hectares ao valor de 18 mil-réis por hectare, dependendo da localização. O que era exigido é que as famílias deveriam requerer o lote na Comissão Mista de Terras, desmatar e produzir, sendo que após seis anos poderiam obter o título definitivo da terra. (OIKAWA, 2011) A imagem 1 nos possibilita ver a região onde estes posseiros se instalaram e onde se constituiu a Guerrilha de Porecatu.

<sup>36</sup> Trecho da canção Sem-Terra do Zé Ramalho, retirado do CD Eu sou todo nós.

<sup>37</sup> Me baseio para esta denominação em Osvaldo Heller da Silva e José de Sousa Martins, os quais classificam como guerrilha. Os mesmos partem da ideia de que falar de guerra seria desproporcional, mas também não podemos considerar apenas como um banal conflito de terra. Os posseiros envolvidos na luta armada tinham o domínio do terreno, uma organização do tipo militar, tinham ações de comando e o apoio da população local. O termo guerrilha denomina um tipo de guerra não convencional que no qual a principal estratégia é a ocultação e a extrema mobilidade dos combatentes, então neste sentido, creio ser adequado nomear tal experiência como guerrilha.

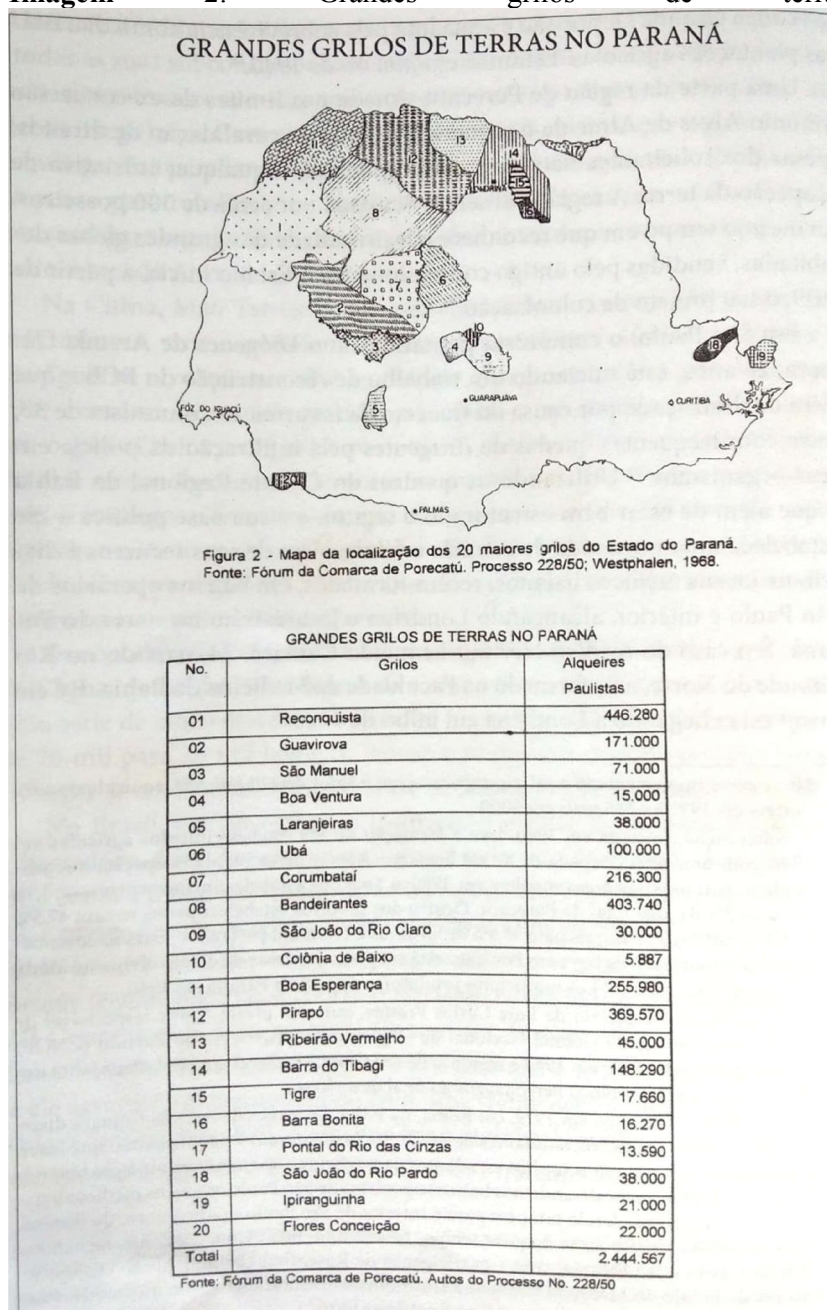
**Imagem 1:** Região da Guerrilha

Fonte: OIKAWA, Marcelo Eiji. **Porecatu: a guerrilha que os comunistas esqueceram**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011. P, 16.

Este começo foi marcado pela constituição de pequenas propriedades, com plantio de café e outras culturas de subsistência, criação de animais como porcos e trabalho familiar. Após 1940 esse cenário passa a receber outros sujeitos e outro tipo de organização nas terras. Esses sujeitos eram os grandes grileiros e empresas colonizadoras que através da expulsão dos posseiros se constituíram naquele local. Os grileiros se organizavam através de grandes propriedades, geralmente de café, gado ou de plantação de cana de açúcar, tendo como forma de trabalho o assalariado. A constituição deste sujeito através da expulsão dos posseiros é que vai culminar em conflitos nesta região. Os grileiros através da polícia, jagunços e pistoleiros, e os posseiros motivados em uma resistência organizada e armada em prol de suas terras e benfeitorias.

A imagem abaixo nos dará uma dimensão de como a grilagem de terras no Paraná tomou grande parte das terras. Podemos visualizar que os vinte maiores grilos se encontravam principalmente na região norte do Paraná.

**Imagem 2:** Grandes grilos de terras no Paraná.



Fonte: OIKAWA, Marcelo Eiji. **Porecatu: a guerrilha que os comunistas esqueceram**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011. P, 50.

Valentini (2014) cita em sua dissertação a atuação de uma grande empresa no norte do Paraná. A Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), que por vezes é citada na historiografia como a grande benfeitora das prosperidades do norte do Paraná, a qual se descreve como a realizadora de uma reforma agrária democrática e racional, com a venda de pequenas propriedades na região, promovendo uma (re) ocupação com grandes lucros.

O papel do estado foi de apoio aos interesses das empresas e grileiros. Inclusive nomeando a cargos públicos representantes da CTNP, a qual se utilizava de violência para a expulsão de posseiros em suas terras compradas, tendo um milícia particular para cumprir essa tarefa.

No início deste conflito entre posseiros e grileiros, os posseiros se utilizaram de medidas pacíficas como a busca do Poder Judiciário para a obtenção de seus direitos. Foi com a intervenção do PCB que os posseiros pegam em armas e tomam decisões mais radicais. Foi nesta guerrilha que o PCB pela primeira vez atuou na área rural, exercendo na prática a chamada aliança operário-camponesa. E foi ali que para Oikawa (2011), a palavra camponês foi utilizada pela primeira vez. O PCB teve contato com os posseiros através da família comunista Gajardoni, de Jaguapitã. A aproximação com os posseiros foi através da solidariedade e atenção dada pela família, que tinha uma farmácia no município, e foi vendida para uma compra de 10 alqueires na área em litígio para então organizar a resistência.

Os Gajardoni buscam aproximar o PCB na luta dos posseiros. Para isso era preciso que o partido conhecesse a situação dos posseiros; Manoel Jacinto vereador de Londrina pelo PCB foi convidado a visitar os posseiros. Foi através desta visita que o vereador enviou um relatório ao Comitê Central do partido, que logo após passa a se envolver diretamente no conflito da região. Esta tomada de decisão do partido, o qual passava a ser a primeira experiência de mobilização no campo, se desenvolveu devido ao Manifesto de janeiro de 1948 e de agosto de 1950, que pregava ao partido a luta direta para a tomada do poder, tendo como programa a formação de uma Frente Democrática de Libertação Nacional, que visava uma revolução agrária e anti-imperialista, sendo ela feita através da entrega completa das terras aos camponeses que nelas trabalham.

O objetivo do levante de Porecatu era formar uma frente contra os “latifundiários”, inclusive com o apoio da burguesia nacional, a favor de uma reforma agrária radical. Nesse episódio o PCB teve uma atuação direta, destacando-se Manoel Jacinto Corrêa e Flavio Ribeiro como organizadores. Inúmeros personagens da Direção Nacional do PCB foram ao local do conflito devido a sua repercussão, como Gregório Bezerra e João Saldanha. Segundo Izaurino Patriota, o episódio só “não teve divulgação maior, porque a censura não permitiu”. (PRESTES, 2009, p. 216.)

Para a organização da resistência de Porecatu, fundaram-se junto aos posseiros duas ligas camponesas em 1944, sendo legalmente registradas como Associações de Lavradores. Na região de Porecatu, um grupo de 270 famílias fundou uma liga camponesa, tendo sido escolhidos os posseiros Herculano Alves de Barros, Hilário Gonçalves Padilha e José Billar

como seus representantes. Em Guaraci, outro grupo de 268 famílias também formou uma liga, tendo como representante escolhido para defender os interesses na defesa de suas terras o posseiro Manoel Marques da Cunha. O objetivo principal das ligas era legalizar a posse da terra, sendo no total formadas 12 ligas no decorrer da resistência. (PRIORI, 2011) Estas organizavam mutirões entre os posseiros nos lotes tomados pelo mato, já que em plena luta armada os posseiros estavam mais preocupados em manter a polícia e os jagunços afastados. E em uma organização com um rigoroso esquema de segurança, realizavam de forma coletiva o trabalho necessário.<sup>38</sup>

Os grandes proprietários não ficaram para trás, fundaram também em junho de 1946 a Associação Rural de Londrina (ARL), a qual abrangia toda a área norte do estado, sendo modificada a área de atuação, ficando restrita a Londrina somente após o fim do conflito de Porecatu. Esta congregou diversos sujeitos interessados e envolvidos no conflito, inclusive representantes da família Lunardelli<sup>39</sup>. Esta Associação se tornou importante na pressão e organização contra os posseiros.

Podemos aqui destacar que a ARL tinha um forte atuação junto aos poderes públicos da região, o que favorecia os grileiros em suas ações. O exemplo disto é que em 1947, doze dos vereadores de Londrina eram sócios ou tinham alguma participação com a Associação.

Quando se trabalha com dados mais amplos de diretores e de sócios da entidade, verifica-se a inserção e uma presença maior desses sujeitos na política local. Por exemplo, tendo como caso as eleições municipais de Londrina de 1947, doze dos quinze vereadores eleitos eram sócios ou tinham participado dos quadros dirigentes da ARL. (VALENTINI, 2014, p. 50)

Devemos deixar claro que o público alvo desta entidade eram pessoas que tivessem a propriedade da terra e eram profissionais de atividades rurais, porém isto não significava que seus associados não poderiam exercer outras atividades em conjunto desta. Todo associado deveria pagar uma contribuição à entidade, a “joia de admissão de Cr\$ 200,00 e mais a anuidade de Cr\$ 220,00 ou mensalidade de Cr\$ 20,00” (VALENTINE, 2014, p. 52), podendo contribuir com altos valores de uma só vez ou contribuir com serviços a entidade. Porém,

---

<sup>38</sup> Folha de Londrina. “Os erros do PCB levaram o movimento à derrota”. Sábado, 27/07/85, p. 13.

<sup>39</sup> Família que teve intenso papel nesta guerrilha contra os posseiros. Ricardo Lunardelli, um tradicional cafeicultor paulista, compra na região da guerrilha uma vasta gleba de terras. Sendo este e seus filhos João e Urbano, os primeiros a se instalar naquele local através de uma colonização tradicional com grandes fazendas de café, tornando-se a formação de fazendas um negócio para a família, acabam virando corretores de terras, chamando para a região mais fazendeiros e mão de obra. (OIKAWA, 2011).

A participação de trabalhadores agrícolas assalariados era vetada pelo estatuto, os mesmos não eram abrangidos pela proposta da entidade, tendo em vista que, por meio da exclusão, não poderiam fazer parte dela pessoas que não possuíssem vínculos com a propriedade, na forma de proprietário capitalista da terra, que seja por posse ou por arrendamento. Este critério de exclusão permite perceber o conteúdo de classe da ARL: tratava-se de uma entidade que tinha o propósito organizativo da classe patronal rural. (Ibidem, p. 52)

Na Comissão Especial desenvolvida para as questões das terras de Porecatu pelo então governador do Paraná, Bento Munhoz da Rocha, em 1951, houve uma forte atuação dos fazendeiros,

O novo governador, Bento Munhoz da Rocha Neto, que assume em 31 de Janeiro de 1951, constitui de imediato uma Comissão Especial para a questão de terras em Porecatu. Essa Comissão tinha por objetivo conceder títulos definitivos aos posseiros localizados em terras devolutas e transferir para outras áreas do estado os que estivessem localizados em propriedades privadas. Desde o início dos trabalhos da Comissão, os posseiros colocaram-na sob suspensão, porque dela participavam fazendeiros da região com terras 'intrusadas'. (FERREIRA, p.74 apud VALENTINI, 2014, p.36)

Esta participação atuante dos fazendeiros nesta Comissão resultou em favorecimento dos mesmos em relação aos posseiros, nomeados como intrusos, enquanto os fazendeiros eram considerados como donos legítimos. Esta alegação resultou na ordem de remoção dos posseiros e pagamento aos mesmos por suas benfeitorias na terra. Os fazendeiros não concordaram com este pagamento e em outros momentos os posseiros se colocaram contrariados devido ao pagamento ser inferior ao valor das benfeitorias conquistadas pelos mesmos.

Porém, como veremos abaixo no documento produzido pela Comissão, em relação ao conflito, esta se coloca a favor das reivindicações dos fazendeiros. Deixava claro em suas determinações o uso da violência e a retirada rápida dos posseiros do local, sem indícios de diálogo e bem estar em relação aos posseiros.

1. Uma força policial de 30 a 40 homens, sediada em Londrina.
2. Reforço dos destacamentos de Porecatu, Centenário, Jaguapitã e Guaraci.
3. Nomeação de um delegado especial que atue e dirija todas as medidas de segurança, de ordem, e repressivas em perfeito entendimento com a Comissão.
4. A formação de uma força especial compostos de elementos de confiança, de coragem, mateiros, que conheçam os hábitos e costumes sertanejos, nos moldes das antigas capturas para a repressão e prisão de elementos responsáveis pelas desordens e crimes praticados nas zonas onde se exerce a ação subversiva comunista.
5. Máxima rapidez no loteamento dos terrenos onde serão legalizados os posseiros.
6. Meios de transporte de quantidade suficiente para levá-los até onde deve ser localizados. (PRIORI, p. 107 apud VALENTINI, 2014. p. 37)



Esta Comissão não foi capaz de desmobilizar os posseiros; as negociações foram denominadas por Valentini (2014) como um fracasso, os posseiros se negaram a ir para outros lugares onde as terras eram fracas e não aceitaram os valores que a Comissão denominou para as benfeitorias.

Em contrapartida ao patronato regional, as ligas formadas pelos posseiros em conflito na região de Porecatu, passam a lutar e a organizar os posseiros buscando a legalização de suas terras. As condições para requerimento de seus direitos encaminhados ao Departamento de Terras e Colonização do Estado eram frágeis. Por isso o papel das ligas neste momento era muito importante, pois as mesmas incentivavam e organizavam os posseiros para a luta, articulando inclusive manifestações.

No ano de 1946 houve uma grande manifestação organizada pelas ligas de Ribeirão do Tenente, Centenário, Guaraci, Águas das Pelotas, cabeceira do Centenário, Água Tupi e Ribeirão do Capim. Mais ou menos 1.500 pessoas, oriundas das mais diversas ligas de toda a região, reuniram-se no patrimônio de Guaraci e resolveram fechar a estrada que ligava Presidente Prudente (SP) a Londrina (PR). O objetivo era sensibilizar o governo e os políticos quanto a situação de instabilidade que vivia a região e a necessidade da legalização imediata das terras dos posseiros. (PRIORI, 2010, p. 370)

Promessas foram feitas pelo Departamento de Terras e Colonização aos posseiros, em relação à legalização das terras, porém não foram cumpridas. Bons frutos esta mobilização gerou aos posseiros, dando mais unidade aos posseiros de toda a região e mais visibilidade pela população local, o que resultou em um sentimento de solidariedade por parte da população, que vai perdurar e garantir o apoio durante todo o conflito. Este foi apenas um modo pacífico de organização dos posseiros no início do conflito.

Priori (2010) afirma que após o envolvimento do PCB, meios pacíficos também foram colocados em prática. Foram organizados grupos de conscientização com os posseiros, explicava-se nestes grupos as formas legais de requerimento da legalização das terras e os conscientizavam para a luta. Foi apenas em novembro de 1948 que formalmente o PCB assume a organização da luta armada, com a formação de grupos armados para defesa de suas terras, já que por meios legais os posseiros se viram encurralados pela classe patronal.

O PCB organizou em Londrina um movimento de solidariedade aos “residentes de Porecatu”. Vários foram os militantes do PCB que passaram a conhecer a realidade vivenciada pelos posseiros e a ajudá-los com remédios, alimentos e dinheiro para manter a Guerrilha. Destaco alguns destes militantes, como Manoel Jacinto Corrêa, vereador de Londrina, Flávio Ribeiro, advogado, e Newton Câmara, médico. E através deste movimento de solidariedade

puxado pelo PCB e as ligas, os posseiros receberam um generoso incentivo para a luta, como podemos ver nas reportagens abaixo: (PRIORI, 2010).

Com a formação das Ligas Camponesas, os posseiros passaram a obter o apoio imprescindível dos comerciantes das cidades envolvidas no conflito, “porque eles faziam suas compras e pagavam, enquanto que os jagunços, a serviço dos grileiros, aproveitavam-se da impunidade para assaltá-los”. E este apoio – afirma Hilário Padilha Pinha – foi importante porque os donos de armazéns, lojas e bares passavam informações preciosas aos resistentes. (PRIORI, 2010, p. 371)

“Elas angariaram simpatias a luta em todo o país, dos trabalhadores de São Paulo, principalmente, que mandaram memoriais, manifestos, saudações, abaixo assinados contra a violência dos jagunços, grileiros e da polícia. Recebíamos também, até contribuição em dinheiro.” ( OS ERROS DO PCB LEVARAM O MOVIMENTO À DERROTA, Folha de Londrina, p. 13, 27 jul. 1985.)

As ligas tiveram um importante papel para a conscientização para a luta armada entre os posseiros. Arildo Gajardoni, já inserido na luta e militante do PCB que fazia parte do Comitê Municipal de Jaguapitã, foi também um dos responsáveis do embrião para a luta armada. (DOSSIÊ DOPS apud PRIORI, 2010) A luta armada de Porecatu teve início no final de 1948, sendo desmobilizados apenas em julho de 1951, com a participação das tropas da Polícia Militar do Estado e de agentes das Delegacias Especializadas de Ordem Política e Social (DOPS) de São Paulo e do Paraná, ficando na memória dos posseiros e militantes o dia 10 de abril de 1950, o qual foi marcado pelo confronto mais sério já ocorrido nesta guerrilha. Foram travadas duas emboscadas, resultando em seis mortos e oito feridos. (MEMÓRIAS DO VELHO MANÉ, Folha de Londrina, 1985, p. 11)

As ligas não tinham um aparato legislativo. Seus estatutos eram mais de cunho social, porém as questões políticas sempre permeavam estas ligas. O PCB mostrou no final da década de 40 uma preocupação em elaborar um estatuto que regimentasse essas organizações, fazendo circular pelo norte do Paraná uma proposta de finalidade para essas ligas<sup>40</sup>, sendo elas:

1. Lutar pela educação e cultura dos trabalhadores da região e de suas famílias, por meio de: a) criação de escolas primárias para todas as crianças em idade escolar; b) criação de uma biblioteca circulante, contendo livros instrutivos, principalmente no que se refere à agricultura, criação, organização dos moradores da zona rural e demais assuntos de interesse dos trabalhadores; c) promoção de festas populares nas ocasiões oportunas, como São João, São Pedro, Santo Antônio, Natal, Sete de Setembro, Primeiro de Maio e outras, a fim de manter vivas as tradições populares das danças, músicas, etc.;
2. Lutar quando fosse preciso, para a obtenção de créditos bancários, para financiamento das plantações e preços compensadores para as colheitas;

---

<sup>40</sup> Legalmente descritas como Associações de Trabalhadores Rurais.

3. Conseguir abatimento nas consultas médicas e nos medicamentos, mediante entendimento com o médico e a farmácia;
4. Conseguir salários compensadores para os trabalhadores rurais na derrubada de matas, apanha de café, etc.;
5. Conseguir estradas.<sup>41</sup> (PRIORI. 2010. p. 372 e 373)

Entre junho e julho de 1951, a guerrilha começa a mostrar problemas de organização, e as ligas e o PCB já não conseguem manter a união da maioria dos posseiros. Vários são os desistentes, e em sua maioria demonstram objetivos incompatíveis com partido, o qual tinha como finalidade da guerrilha a tomada de poder, e para muitos dos posseiros o objetivo central era apenas a legalização de suas terras. Vários são os problemas que começam a surgir entre posseiros e o partido, a desconfiança faz com que vários homens desistam da luta armada. Por vezes, o partido tomou decisões que só fizeram quebrar esse elo, como exigir o dinheiro da colheita do café para financiar a luta e impedir que os posseiros pagassem suas dívidas. (OIKAIWA, 2011) .A rígida disciplina nos acampamentos é quebrada, alguns posseiros saem armados para beber e atiram no avião que os sobrevoa, mostrando assim a localização do acampamento, sem ter punição pelo mal feito.

Longe de suas posses, longe de suas famílias, os posseiros sentem-se frustrados. Mais do que tomar o poder, o que eles mais desejam é a sua terra legalizada. Estão magoados, confusos e achando que não há mais razão de lutar ao lado de quem quis se apoderar do que era deles. Pensam que os comunistas serão capazes de ficar com suas posses caso eles ganhem. Pensam em debandar ou voltar a defender apenas as suas posses. (OIKAIWA, 2011, p. 214 )

Através de um aparato policial que durou cerca de dois meses, a guerrilha foi cessada. Não pelos méritos dos policiais, já que os posseiros que ainda estavam em batalha foram retirados com ajuda de militantes do partido, sem que em nenhuma varredura da polícia pelo terreno fosse encontrado qualquer indivíduo para levar preso. O movimento foi por vezes considerado pelo partido vitorioso, já que cerca de 380 famílias de posseiros foram reassentadas, sabendo que a estimativa era a existência de 3 mil famílias de posseiros na região que em sua maioria não receberam terras. Aqueles que receberam o lote, receberam em outras regiões como Campo Mourão e Paranavaí, onde as terras são de menor qualidade. (OIKAIWA, 2011)

Assim, encerra-se esta experiência inicial do Partido Comunista na região, onde através de um conflito temos a criação dos primeiros organismos de representação coletiva dos

---

<sup>41</sup> Estatuto da Associação de Trabalhadores Rurais. Londrina: Tipografia Oliveira, s/d.

pequenos agricultores no Paraná, as “ligas camponesas”. Estas foram o elo para o desenvolvimento de outros organismos que culminaram em sindicatos rurais. Não há uma explicação muito clara sobre a desarticulação das Ligas; como afirma Osvaldo Heller da Silva, as evidências apontam que com o sufocamento da guerrilha, a qual era animada pelo PCB, se interrompeu também a atuação destas ligas, as quais foram criadas para organizar e defender os posseiros na legalização daquelas terras.

A partir do sufocamento da guerrilha de Porecatu pelas forças de repressão, os militantes comunistas remanescentes servirão de elo ao posterior desenvolvimento das “Uniãoes Gerais de Trabalhadores”, organismos de tipo sindical - arregimentando indistintamente grupos sociais rurais e urbanos. Apesar da feroz resistência dos patrões, o sucesso alcançado junto à população rural, particularmente colonos das fazendas de café, impôs o desmembramento destas Uniãoes ecléticas e a constituição dos primeiros sindicatos especificamente agrícolas. (SILVA, 2007, p.12).

A repressão policial e militar aniquilou as ligas, assim como desarticulou a organização daqueles posseiros. Porém esta desarticulação não aniquilou a “onda vermelha comunista”, que ainda mantinha um poder de articulação entre os mais pobres. O partido ainda sofria perseguições e alguns processos judiciais, pois após 1951 ainda se mantinha um discurso radical anticomunista das elites, mas que não desarticulou a atuação comunista no norte do Paraná.

#### 4.1 ORGANIZAÇÕES MISTAS: UGTS

A região norte do Paraná não era bem desenvolvida. Isso dificultava a criação de organismos de articulação e organização dos trabalhadores, seja no campo ou na cidade. Este fator conduziu o PCB a formar, como vimos acima, as chamadas UGTs (Uniãoes Gerais de Trabalhadores) no início dos anos 1950. Estas entidades eram do tipo mistas,

Entre os seus associados, estes organismos contavam com cidadãos como operários da construção civil e da indústria nascente, empregados do comércio, bancários, funcionários públicos e pequenos comerciantes. Mas sobretudo deles participavam pessoas da roça, como colonos, assalariados agrícolas, trabalhadores de empreitada, parceiros, posseiros, pequenos arrendatários e proprietários. Em consequência, estas “uniões de trabalhadores” acolhiam sob a denominação de “trabalhadores” os mais variados tipos de empregados, de produtores independentes e também de pequenos empresários e patrões. Observa-se, portanto, que o termo “trabalhadores” era aqui utilizado num sentido bastante amplo, para não dizer elástico. A formação ainda incipiente dos grupos sociais seria o motivo principal da constituição destes organismos tão heterogêneos. Aqueles que desejassem “contribuir com serviço ou

financeiramente” eram aceitos “na qualidade de sócio benemérito”. As UGTs se pretendiam isentas de caráter “político-partidário e religioso”. (SILVA, 2007, p.15).

Silva (2007), afirma que estas entidades proviam de uma mudança de tática pelo PCB. Agora partia de uma linha menos extremista que do “manifesto de Agosto” de 1950, o qual chamava para a luta armada e que culminou na Guerrilha de Porecatu. O partido se encontrava em uma onda de legalismo e conciliação com a burguesia.

As UGTs tinham uma linha sindical devido a sua atuação social, como afirma Silva. Esta entidade judicialmente era apenas uma associação de direito civil com registro em cartório, sem autorização do Ministério do trabalho, o que não fazia delas um sindicato.

Atuavam de forma a defender os trabalhadores e melhorar suas condições de vida e de trabalho. Promoviam assistência médica, assistência jurídica e o conhecimento da legislação do trabalho e da Constituição Federal, o que dava ao trabalhador o conhecimento de seus direitos para poder reclamá-los, exigindo juntamente com as UGTs o cumprimento da legislação vigente. Já para os trabalhadores rurais a entidade tinha também a preocupação com a posse da terra e melhores condições de trabalho na mesma. O lazer também era promovido pela entidade, como o futebol, bailes e outras atividades.

Apesar da sua linguagem relativamente moderada e de suas ações “bem comportadas”, as “uniões gerais de trabalhadores” não ganharam a simpatia de todos, suscitando até reações hostis. O assistencialismo e o legalismo eram as marcas principais da intervenção destes organismos principiantes. Todavia, a simples defesa das leis trabalhistas já era suficiente para inquietar setores do patronato, que se manifestavam na imprensa e nas câmaras municipais. Isto ocorreu com a União dos trabalhadores de Maringá que, acusada de “comunista”, enfrentava dificuldades em obter recursos do governo municipal. E seus membros camponeses eram definidos como “caipiras, ignorantes e bêbados”. (SILVA, 2007, p, 16)

Nos estudos de Silva, o mesmo constatou que as UGTs foi um fenômeno somente do Paraná, já que em nenhum outro lugar do Brasil se teve modelo igual às UGTs. O que, segundo o autor, se deu devido a ausência de uma orientação nacional precisa do PCB. O que dava aos militantes ações locais com certa liberdade, já que inclusive o partido não tinha na década de 50 uma política clara em relação ao campo, se voltando apenas em palavras de ordem gerais “criar associações, ligas, uniões, sindicatos e etc.”.

Até o golpe militar de 1964, as UGTs provocarão todo o tipo de oposição: da repressão oficial dos militares à repressão oficiosa de grupos para-militares, da reação patronal à contra-ofensiva da Igreja. Algumas Uniões desapareceram mesmo antes de 1964. A medida que sindicatos específicos eram criados nas diferentes

categorias profissionais, estas categorias eram desligadas da UGT. Assim, estes organismos sindicais polivalentes davam lugar, progressivamente, ao sindicalismo por ramo de atividade. Deste modo, seguindo as ligas camponesas, mas com uma postura menos radical, as “uniões gerais de trabalhadores” contribuíram para o enraizamento comunista no norte do Paraná, arregimentando os “trabalhadores” do campo e da cidade. Além disso, as UGTs permitiram a formação de um novo grupo de lideranças comunistas – pós-Porecatu – dos quais uma parcela será de origem camponesa. Ao mesmo tempo, as Uniões irão constituir uma base sólida para a criação, em escala mais ampla, dos sindicatos rurais. (SILVA, 2007, p. 18 e 19)

Vários são os problemas no meio rural na década de 1950, como grilagem de terras, desrespeito, e superexploração em relação ao trabalho e insatisfação dos camponeses. As UGTs não suportavam todas as demandas que cada vez mais cresciam. Foi então de extrema importância a criação dos sindicatos.

#### 4.2 PRIMEIRO SINDICATO CAMPONÊS DO NORTE DO PARANÁ

O primeiro sindicato camponês do norte do Paraná que teve iniciativa do PCB, teve por nome Sindicato dos Colonos e dos Assalariados Agrícolas de Londrina, foi fundado no dia 29 de janeiro de 1956 na cidade de Londrina, às dez horas com a presença de 146 trabalhadores rurais no Cine Avenida.<sup>42</sup> A assembleia foi constituída tendo José Onofre Borges como presidente; Valdevino Madeira, para secretário; Odilon Martina, para tesoureiro; Manoel Jacinto Corrêa, para presidente do conselho fiscal; Miguel Tostaresli e José Pereira da Costa, como membros do conselho fiscal<sup>43</sup>. Também tivemos participação de representantes de entidades como a Associação Profissional dos Oficiais Carpinteiros e Empregados nas Indústrias de Madeira do Norte do Paraná e do Sindicato dos empregados nas Indústrias de Vidro Plano e Espelhos de São Paulo.

Foi nesta mesma assembleia que a proposta do estatuto do sindicato foi colocada em discussão. Este estatuto deixava claro que, condizente com seu nome, o sindicato representava os colonos e assalariados agrícolas, sendo este um colaborador do estado, como órgão técnico e consultivo desenvolvendo a solidariedade social. Este tinha como prerrogativa do sindicato impor a contribuição a todos aqueles que participavam do sindicato, realizar seguro grupal em

<sup>42</sup> Estes dados se encontram na ata da assembleia de fundação do sindicato, que está disponível em sua sede, o qual hoje atende pelo nome de Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Londrina. O mesmo se localiza na Avenida Paraná, 97 – A – Centro – edf. Regina (sobre loja) salas 1 a 5 Londrina, Paraná.

<sup>43</sup> Também podemos encontrar estes dados no texto de SILVA, 2007.

caso de acidente de trabalho, promover a criação de cooperativas e manter serviços de assistência a seus associados, fundar escolas de alfabetização e pré-vocacionais, entre outros.<sup>44</sup>

No artigo 11 podemos então visualizar que todo associado deveria pagar pontualmente uma mensalidade de Cr\$ 5,00, além de comparecer nas reuniões e assembleias e atuar em cargos onde fosse eleito. Aquele que não pagasse a mensalidade durante três meses sem justificativa sofreria penalidades impostas pela diretoria podendo recorrer a assembleia geral. Ficava claro no estatuto que: “*artigo 9: paragrafo II – nenhuma contribuição poderá ser imposta aos associados além das determinadas expressamente em lei e na forma do presente estatuto*”.<sup>45</sup> Valendo inclusive o artigo 14º, no parágrafo primeiro, que aqueles que professarem ideologias incompatíveis com a instituição e com os interesses da nação não poderia ser eleito em cargos do sindicato. Vemos neste estatuto, a busca pela legalidade e compatibilidade com a ordem imposta, mas organizando e atuando no meio rural.

Para a polícia local, a cidade virava o local de reuniões para “colonos revoltados”. Após muitas reuniões no Cine Marabá, o qual foi alugado por oito meses para as reuniões, atingiu-se a cifra de 18 mil filiados com apenas seis meses da fundação do sindicato. Ônibus lotados de colonos das fazendas de café chegavam ao sindicato. Filas de 200 a 300 pessoas se formavam para aderir ao sindicato. 10 a 12 pessoas eram necessárias para fazer as filiações. Não havendo concorrentes, este sindicato logo extrapolou os limites de Londrina, transformando-se em sindicato agrícola de toda a região norte (entrevistas de José Rodrigues dos Santos - ex-presidente do sindicato de Maringá e Antônio Mendonça Conde - ex-presidente da FETAEP). As elites mais alarmistas falavam em 40.000 trabalhadores sindicalizados. (SILVA, 2007, p. 21)

A mobilização comunista e camponesa causava revolta e articulações entre a elite ruralista. Como forma de organização as mesmas uniam forças tanto com entidades patronais do Paraná quanto de São Paulo, realizando mobilizações coletivas ou enviando reivindicações coletivas ao presidente Juscelino Kubitschek, ministros, governadores do estado, entre outros, conforme podemos ver na matéria publicada pelo jornal Folha de Londrina na época:

A Associação Rural de Londrina reunida com os representantes da Associação Paranaense de Cafeicultores [APAC], da FAESP [Federação das Associações do Estado de São Paulo] e da sociedade rural brasileira [SRB] leva ao conhecimento de vossa excelência que elementos agitadores comunistas fichados estão provocando agitação no meio rural do norte do Paraná, paralisando serviços nas fazendas, atirando colonos contra patrões e trazendo desassossego a lavoura com falsas promessas. Grande perigo de choque com consequências imprevistas, justamente em momento de plena colheita dos cereais, cuja produção corre o risco perder-se

<sup>44</sup> Ata da Assembleia de Fundação. Artigos 2 e 3. 29/01/1956.

<sup>45</sup> Ata da Assembleia de Fundação. 29/01/1956.

concorrendo para encarecimento da vida e com grande prejuízo da classe rural.<sup>46</sup>(VALENTINI, 2014. p, 59)

Esta reivindicação nos mostra o quanto a elite agrária se encontrava temerosa com a movimentação camponesa e o processo de sindicalização rural, o qual tinha grande potencial em prol dos trabalhadores. Devido à ativa atuação de seus representantes, a ARL se colocava como porta voz da elite anticomunista e dos pedidos de providências. Outra providência adotada pelo patronato foi a adesão de vários proprietários agrícolas em associações, sendo inclusive fundado no ano de 1956 a Associação dos Lavradores do Norte do Paraná (ALNP), uma entidade forjada por fazendeiros.<sup>47</sup>

A semente comunista da sindicalização também deu frutos. O Sindicato dos Colonos e dos Assalariados Agrícolas de Londrina fracionou-se dando origem ao de Maringá, o que levou a criação de outro em Mandaguari, que resultou no sindicato de Jandaia do Sul e assim sucessivamente. O norte do Paraná às vésperas do golpe militar de 1964 contava com 86 sindicatos<sup>48</sup> de agricultores e assalariados rurais fundados pelos comunistas, os quais se utilizavam da imprensa comunista para reivindicação e denúncia, como demonstra a matéria publicada no jornal *Novos Rumos*, produzido pelo partido:

Sabe-se que o Conselho de Segurança Nacional mandara breçar todos os processos de registro das entidades sindicais dos trabalhadores rurais. Esse velho fantasma do fascismo, que tem levado o Governo frequentemente ao ridículo, continua, pelo visto, a assustar o nosso atual e atribulado ministro do Trabalho, como já assustara ao seu antecessor, levando-o a cercear a liberdade de organização sindical, e a desacreditar a sua própria palavra. (JORNAL NOVOS RUMOS, nota sindical: O Ministro e os Sindicatos Rurais)<sup>49</sup>

Vemos a dificuldade dos comunistas em legalizar os sindicatos, isso em 1960, data da publicação da matéria acima. O estado não estava disposto a deixar que instituições de cunho comunista tivessem liberdade para atuação no campo, mas breçar estas instituições legalmente não as impedia de atuar junto aos camponeses, as quais além de atuar reivindicavam sua legalização através de meios de comunicação. Era preciso colocar um novo sujeito no meio rural disposto a fazer oposição aos comunistas.

---

<sup>46</sup> Folha de Londrina “Desorganização, indisciplina e desrespeito nos estabelecimentos agrícolas no Paraná”. 21/07/1956.

<sup>47</sup> FERNANDES JUNIOR, Reginaldo. *Revolução e democracia: vivências e representações*. São Paulo, 2012. p.69. Descrito em VALENTINI, J.2014.

<sup>48</sup> Segundo José dos Santos, citação de Osvaldo Heller da Silva.

<sup>49</sup> Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/tematica/jornais/novos/index.htm>. Ultimo acesso em 22/10/2017 às 15:46 horas. Ultimo acesso em 22/10/2017 às 15:46 horas.



Para a Igreja Católica, estes sindicatos não eram autênticos e duras críticas faziam em relação a estes. Afirmavam que os mesmos se utilizavam de métodos fraudulentos para formação destes sindicatos. Osvaldo Heller da Silva descreve que,

O êxito do sindicalismo de inspiração comunista, no entanto, foi duramente criticado por seus adversários políticos, principalmente pela Igreja Católica. Apesar de reconhecer a vitória dos comunistas na corrida pela sindicalização no Paraná, os cristãos os acusavam de terem se utilizado de métodos fraudulentos. Assim, segundo os católicos, para a fundação dos sindicatos, eles reuniam “20 ou 30 pessoas” que, às vezes, nem pertenciam à localidade. Eles criavam vários sindicatos de uma só vez: “agora eles estão em Jandaia, daqui há três horas estarão em Cambira” e assim por diante. Conta a Igreja que, das assinaturas coletadas durante a assembleia, “70% eram falsificadas”. Para uma reunião de 70 ou 80 pessoas, eles declaravam a presença de 700 participantes. (entrevistas de José Lázaro Dumont - ex-presidente da FETAEP . Pe. Osvaldo Rambo ex-dirigente da FAP. Lauro Vilas-Boas - ex-diretor da FETAEP). (SILVA, 2007, p. 24)

Coube então a Igreja Católica o papel de fundar sindicatos de oposição aos comunistas no norte do Paraná, possibilitando assim uma aproximação do clero junto ao campesinato, que eram considerados frágeis e ingênuos e supostamente estariam expostos às intervenções “demoníacas” dos comunistas.

Mas também a sindicalização poderia permitir ao clero reforçar seus laços com o campesinato, propondo-se como o seu protetor, ou talvez mesmo como o seu porta-voz. Assim, a direção da Igreja Católica do setentrão do Paraná, em particular a ala jesuíta, tomou a iniciativa de construir um movimento em oposição à ofensiva comunista na região. Simbolizando essa oposição, em 13 de agosto de 1961, no mesmo dia em que os comunistas realizavam em Maringá o II Congresso de Trabalhadores Rurais, os católicos organizaram uma grande manifestação, a “festa da lavoura”. Desse modo, nasceu a Frente Agrária do Paraná (FAP), com a incumbência de enquadrar o campesinato em sindicatos católicos, longe do alcance dos partidários do PCB. (FERNANDES; MEDEIROS; PAULILO, 2009, p. 98 )

A atuação da Igreja Católica no movimento de sindicalização dos camponeses, fez com que militantes sindicalistas de esquerda entrassem em uma corrida em prol de organizações para o meio rural. Isso possibilitou mais sindicatos, mais federações e confederação nacional. Os católicos acabaram fundando mais 46 sindicatos no Paraná, ampliando assim a rede sindical paranaense.

Em uma demonstração de força o sindicalismo rural comunista a partir de 1960 promovia encontros de âmbito estadual e nacional para os camponeses sindicalizados. No Paraná foram organizados dois Congressos dos Trabalhadores Rurais, um em Londrina e outro em Maringá. Em Londrina, organizado pelo Sindicato dos Colonos e Assalariados Agrícolas de Londrina, ficou conhecido como o Primeiro Congresso dos Trabalhadores Rurais do Paraná,

tendo 307 camponeses inscritos, inclusive tendo a presença de camponeses de Pernambuco das Ligas Camponesas, com presença ilustre de Francisco Julião.<sup>50</sup>

Divididos em cinco comissões, os congressistas debateram sobre: o “regime feudal”, que grassava nas áreas rurais; salário mínimo; férias; aviso prévio em caso de demissão; descanso semanal remunerado; ausência de uma legislação trabalhista completa e adequada à vida rural; direito à previdência social. Eles demandavam o acesso ao crédito para os agricultores sem terra, o desenvolvimento da indústria de tratores e de implementos agrícolas, preço mínimo para seus produtos, reforma agrária e o reconhecimento dos sindicatos por parte do Ministério do Trabalho. Nessa época, nenhum sindicato rural do Paraná havia sido legalizado pelo Governo. Fato revelador da obediência às diretrizes comunista, foram incluídas reivindicações patrióticas como: uma política nacionalista, dinâmica e desenvolvimentista, visando libertar o país do “imperialismo internacional e escravista” e a defesa da Petrobrás, da Eletrobrás e das riquezas minerais. Em resumo, segundo um porta-voz comunista, “a consciência e o valor da classe camponesa” foram reafirmados. (Ibidem. p, 28)

Outra forma de ação dos sindicatos comunistas foi no relato das queixas dos assalariados agrícolas contra seus patrões, levando estes sindicatos a uma valorosa popularização. Estas queixas eram descritas pelo trabalhador e através delas organizava-se um documento que os advogados auxiliavam na construção do mesmo, colocando as demandas e justificativas legais, enviando logo após ao Fórum Local. O Sindicato dos Colonos e Assalariados Agrícolas de Londrina desde sua fundação se preocupava com as queixas dos trabalhadores e as enviava ao Fórum mais próximo, afirma Osvaldo Heller da Silva em sua tese. Em alguns documentos disponíveis no sindicato que hoje atende por nome de Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Londrina, vemos algumas destas reclamações relatadas:

Queixa feita por José Diego Domingo contra propriedade de Altino Fantinate, Anacleto Fantinate, Sítio Agua do Lobo município de São Sebastião de Guaraci comarca de Jaguapitã e que assim iniciou a sua atividade 1 de outubro de 1.951 batatais est. De São Paulo colono até 30 de setembro de 1.952 tratei 20 mil pés de café para formar por 5 anos com vencimento a 30 de setembro de 1.957 ao 1 de outubro de 1.957 a 30 de setembro de 1.959 o café a 50% e o 1 de outubro de 1.959 a 30 de setembro de 1.961 a 40% a 1 de outubro de 1.961 a 30 de setembro de 1.963 a 40% e que assim foi tratado ao chegar o mês de janeiro de 1.962. O novo irmão do proprietário administrador querendo que José Diego Domingo trocasse a sua casa e passasse para outra, se eu fiz a casa formei pomar formei pasto, e também queria que trocasse a minha empreita de café como eu podia trocar se eu quem formei, tirar da minha parte para dar para outro porque a minha lavoura era a melhor da propriedade, e que por não se conformar com isso, com 11 anos completos. Quando eu não esperava fui despejado dia 16 de abril de 1.962, sendo para vencer o meu tempo a 30

---

<sup>50</sup> SILVA, Osvaldo Heller da. Confederação Nacional dos Trabalhadores na agricultura – CONTAG: 2º Modulo Regional Sul. São José – SC, 07 a 13 de outubro de 2007. ENFOC: Escola Nacional de Formação da CONTAG; Curso de Formação de Educadores e Educadoras em Concepção, Prática Sindical e Metodologias.

de setembro de 1.963 e calculando a colheita de 1.962, 1800 sacos a 40% sendo 720 sacos calculando a minha parte.<sup>51</sup>

Vemos então mais um forma do trabalhador do campo reivindicar seus direitos. Várias foram as reclamações trabalhistas relatadas pelo sindicato que se espalhavam nos fóruns de Londrina e nos municípios vizinhos, porém infelizmente estas reclamações eram em sua maioria proteladas, recusadas, colocando-se o Judiciário ao lado dos fazendeiros. Porém estas ocorrências vivenciadas por muitos camponeses, por sua dimensão política, davam ao partido uma forma de conquistar ideologicamente os trabalhadores. Os vários processos recusados davam uma boa repercussão ao partido, sendo que “A recusa sistemática dos tribunais podia constituir uma munição ideológica para combater a “não independência dos três poderes” e a “justiça burguesa”. (SILVA, 2007, p. 34)

Sabemos que este período foi marcado por várias denúncias sobre as más condições de trabalho, não sendo apenas esse fato exclusivo do estado do Paraná. Estas denúncias eram de cunho variado. Baixos salários, proibição de plantio de cereais nas “ruas” dos cafezais, o qual impedia o trabalhador de retirar da terra meios de subsistência, falta de direitos trabalhistas, jornadas extensas, entre outras. (MEDEIROS, 1989).

As formas de trabalho que estes trabalhadores vivenciavam era extremamente complexas. Os mesmos mantinham um dependência pessoal com o dono da terra, que por vezes chegava até em apadrinhamento dos filhos. Porém mesmo havendo esta complexidade, várias foram as formas de reivindicações trabalhistas protagonizadas por esses sujeitos, que mostravam cada vez mais que não cabia-lhes o papel de submissos. Estes se colocavam através de greves, ações trabalhistas e cobranças de direitos que constavam na CLT e contemplavam os trabalhadores urbanos e não aos rurais.

Os advogados tiveram um valoroso papel nos sindicatos, pois davam aos sindicatos o embasamento legal, pois o jurídico, o legal e os direitos eram as pautas principais. E como está escrito na ata de fundação do sindicato, o sindicato se mantinha disposto a se subordinar aos interesses nacionais e a respeitar as leis e as autoridades. Por isso o papel dos advogados era a busca pelos direitos trabalhistas dos camponeses, procurando construir uma legislação trabalhista adequada aos mesmos. (SILVA, 2007)

---

<sup>51</sup> Queixa relatada no dia 15 de janeiro de 1963 em Londrina. Tendo Ivan Reimundo da Silva, José Emilio do Carmo e Miguel do Carmo. Assinado pelo então presidente do sindicato Antonio André.

Progressivamente, institucionalizava-se um ritual jamais visto no norte do Paraná: a peregrinação dos senhores da terra ao sindicato ou - pior - ao Tribunal, que exigia explicações, recriminava, julgava, e de vez em quando os condenava a pagar seus empregados. Mesmo a Igreja Católica não escapou deste novo rito. E o fato de conseguir acordos com os empregadores constituía um indicador de eficácia do sindicato: em Maringá, até o golpe militar, foram obtidos “mais de 600 acordos através dos advogados”(entrevista de Gregório Parandiuc - ex-diretor do sindicato de Maringá). ( SILVA, 2007, p. 34 e 35)

A citação acima nos dá a dimensão de que a atuação destes sindicatos acabou perturbando a classe patronal. Os problemas no trabalho perpassa o local de trabalho, sendo o direito do trabalhador rural visto e discutido pela lei, os problemas de falta de direitos no trabalho deixa de ser somente do trabalhador rural, o patrão passa a ter que explicar os seus atos. Por mais que muitos trabalhadores não tinham sua causa ganha, era mais um valoroso avanço para as questões trabalhistas do trabalhador rural.

Segundo Santana (2013), após o golpe militar de 1964, o contexto se modificou. Os militantes sindicalistas de esquerda perdem toda uma estrutura organizacional, a qual foi duramente atacada pela ditadura militar, inclusive a longo prazo, pois rapidamente os militares procuraram agir e regular a legislação e as formas de regulação do mundo do trabalho. Uma série de medidas forneceu ao estado o controle que já havia na CLT, porém antes de 1964 se mantinha mais flexível. Foram então estabelecidas regras para ocupação do espaço sindical, com rigorosa avaliação pelo Ministério do Trabalho e pela polícia dos sujeitos que integrariam os lugares de comando e organização do sindicato. Mesmo havendo uma regulamentação do direito a greve, as mesmas foram duramente proibidas, tirando do trabalhador a possibilidade de reclamações sobre suas questões trabalhistas. Também tivemos a implementação pelo governo ditatorial do fundo de garantia por tempo de serviço (FGTS) instituído pela Lei 5.107/1966. Esta implementação garantiu uma alta na rotatividade de mão de obra para o patronato, dificultando uma ação efetiva dos sindicatos nos locais de trabalho. (SANTANA, 2013)<sup>52</sup>

Vemos então que através de muitas lutas, os trabalhadores rurais no norte do Paraná conquistaram organizações que lhes auxiliaram na busca por seus direitos. As primeiras organizações, as Ligas, tinham um caráter mais imediato para auxílio à legalização das terras. Esse caráter imediato, as fizeram desaparecer assim que a guerrilha terminou. Já as UGTs expandiram seus objetivos, foram para além da conquista de um direito somente. As UGTs auxiliaram todos os trabalhadores sejam urbanos ou rurais. O sindicato surgiu focando nas questões do trabalhador rural, teve o foco na realidade deste trabalhador. Esta organização, foi importantíssimo para a formação destes trabalhadores como classe. Permitiu aos camponeses a visualização de suas opressões, colocou os patrões a explicar seus atos, possibilitando ao

---

<sup>52</sup> Disponível em <https://fpabramo.org.br/csbn/wpcontent/uploads/sites/3/2017/04/T02perseu10.pdf>. Último acesso em 24/10/2017 as 18:05 hs.

trabalhador rural se posicionar como sujeito de sua própria história, dando voz ao oprimido. Este tipo de organização nunca é importante para um estado de direita e capitalista, estão era necessário barrá-las, eliminá-las ou enquadrá-las de modo a trazer vantagens. Foi o que ocorreu após 1964, os sindicatos se tornaram flexíveis diante dos problemas do trabalhador rural.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve por objetivo discutir, através de uma revisão bibliográfica e da análise de algumas fontes primárias, as formações de organizações camponesas no norte do Paraná, que culminaram em 1956 na fundação do primeiro Sindicato dos Colonos e dos Assalariados Agrícolas de Londrina.

A análise se desenvolveu a partir da importância destas organizações para os camponeses da região e sua atuação perante a classe patronal em benefício dos trabalhadores rurais. No primeiro capítulo nos atualizamos no tempo e espaço em relação ao processo de sindicalização rural no Brasil. Esta discussão nos possibilitou a visualização macro dos impasses e a trajetória da sindicalização, tanto rural quanto urbana.

Estas organizações sindicais vieram para auxiliar os trabalhadores que vivenciavam péssimas condições de vida e de trabalho. A partir destas organizações, se evidenciam a elevação das greves no meio urbano, o que faz com que o estado se posicione diante dos trabalhadores. Vários foram os direitos conquistados pelos trabalhadores urbanos, sendo no meio rural estes direitos escassos. A sindicalização passa a ser um impasse no meio rural e é através da participação dos comunistas, com sua atuação na realidade no meio rural paranaense, que surge o primeiro sindicato rural no norte do Paraná.

No segundo capítulo temos então uma discussão sobre a questão agrária desde o período da colonização pelos portugueses. Isso nos possibilita compreender como surgiram os posseiros e como se constitui o camponês no decorrer da história, visualizando as raízes históricas que nos possibilitam saber quem eram os posseiros que viveram no norte do Paraná e como se estabeleceu esse modelo agroexportador. Neste capítulo buscamos também tratar dos conflitos rurais, tanto no Brasil quanto no Paraná, para compreendermos que a Guerrilha de Porecatu não é um evento isolado, mas que se estabelece em uma conjuntura de opressão e lutas em todo o Brasil.

Já no terceiro capítulo podemos analisar como se deu a trajetória das organizações do meio rural no norte do Paraná. Estas passam de um cunho imediato, com a formação das ligas para atuação em prol da legalização das terras dos posseiros da região de Porecatu, para uma organização mista que engloba todos os trabalhadores, seja rural ou urbano, para então a fundação de sindicatos.

Os posseiros da Guerrilha de Porecatu se colocam no enfrentamento com os grileiros, reagem e se organizam através de ligas. Naquele episódio, assistimos a atuação significativa de um partido no meio rural, o PCB. Essa atuação possibilitou a esses posseiros a conscientização política e através de uma rebeldia organizada jamais vista na região se colocaram a enfrentar

jagunços e polícia em prol de seus direitos, os quais em uma sociedade elitista não são reconhecidos.

Através desta análise podemos concluir que a trajetória do trabalhador rural nas décadas de 1940 a 1960 foi de luta e organização, estabelecendo uma ruptura diante da qual foi possível a conquista do reconhecimento e de direitos dos trabalhadores rurais.

Através da acessão do capitalismo surgem as contradições, opressões e conseqüentemente a luta de classes. As organizações camponesas surgiram através destas opressões, seja por melhores salários, por terra ou melhores condições de trabalho. As ligas tiveram um importante papel ao atuar na luta pela posse da terra. No norte do Paraná as primeiras ligas fundadas em Porecatu atuaram de forma a legalizar e garantir aos posseiros as terras das quais, por direito, eram os legítimos donos.

A sindicalização no Brasil vem desde o início do século XX. Estas organizações implantadas inicialmente nas cidades, surgem de correntes anarquistas, comunistas e socialistas. Estes impulsionaram tanto os trabalhadores urbanos quanto os rurais na busca por seus direitos através de greves, que possibilitaram a conquista de leis e direitos aos trabalhadores que antes eram negados.

A desigualdade no campo, que vem de um padrão concentrador da propriedade da terra, passa a ser questionada, sendo a reforma agrária uma das principais bandeiras das organizações rurais, seja ela de organização cristã ou comunista. Vários foram os projetos e intervenções pelo estado em relação ao campo, já que os trabalhadores passam a ser um problema a ser amenizado.

As organizações camponesas vieram a auxiliar o camponês e a dar voz a esse sujeito. Pré-64 a atuação comunista fez dos sindicatos uma poderosa arma contra a classe patronal rural. Estes foram várias vezes chamados a se explicar legalmente por seus atos e por vezes condenados. Para o sindicato comunista, mesmo não havendo em sua maioria causa ganha ao trabalhador, o aumento das denúncias garantiam ao partido a conquista ideológica dos camponeses, os quais tinham na prática a visualização dos problemas e dos limites do Judiciário.

O sindicato dos Colonos e Assalariados Agrícolas de Londrina surgiu para reivindicar de forma legal os direitos dos trabalhadores rurais. O sindicato passa a intervir em toda a região, já que não havia organizações que auxiliavam o trabalhador rural nestas regiões. Através das várias filiações que o sindicato angariou, temos a clareza de que os trabalhadores rurais daquele local sentiam a necessidade de uma organização que os representasse.

Foi problematizado na análise que a classe patronal tinha em seu benefício a atuação em cargos públicos, os quais tinham à sua disposição apoio de vários setores da região. A elite

agrária se organizou e se estruturou em determinados espaços com um complexo método de relação social, o qual através de benefícios se instalou e se concretizou como classe hegemônica.

Os meios de comunicação foram importantes para a ação tanto dos trabalhadores rurais quanto da classe patronal. Usar desta ferramenta para reivindicações e reclamações era uma forma de se posicionar diante da problemática existente e conquistar apoio para a causa.

Em benefício da classe patronal tivemos a atuação da Igreja Católica, a qual atuou fortemente para uma sindicalização rural sem conflitos e em benefício e harmonia com o estado. Em uma ação anticomunista, os sindicatos cristãos se instalam no meio rural, o que estimula os comunistas a uma corrida sindical que traz para o meio rural várias organizações deste cunho organizacional. Porém com o golpe militar tivemos uma brusca ruptura no campo da atuação sindical.

As conclusões desta pesquisa são parciais e acredito que são amplos os conjuntos de discussões que este objeto nos disponibiliza a fazer. Minimamente nesta pesquisa visualizamos o processo de formação das organizações camponesas no norte do Paraná, e visualizamos por diferentes ângulos da questão agrária a formação histórica destes sujeitos camponeses. Estes, em um processo de luta, conquistaram e construíram organizações que lhes possibilitaram a conquista de direitos naquele momento histórico.



## REFERÊNCIAS

- FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida N. (Org.). **O Brasil Republicano: da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. Livro 2. 2ª edição. Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira. 2007.
- CALDEIRA, Jorge et al. **Viagem pela História do Brasil**. 2º edição. Companhia das Letras. D'ARAUJO, Maria Celina. **Estado, Classe Trabalhadora e Políticas Sociais**. In. XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2003, Paraíba.
- D'ARAUJO, Maria Celina. **Estado, Classe trabalhadoras e política sociais**. In: Ferreira, Jorge; Lucília de A. N. Delgado (Orgs). **O Brasil Republicano. O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- FERNANDES, Bernardo Mançano, MEDEIROS, Leonilde Servolo de. PAULILO, Maria Ignez (Orgs.). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas: O campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980**. vol. I. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.
- FÁVERO, Osmar. Apresentado no V Encontro Luso-Brasileiro de História da Educação, realizado em Évora, Portugal, de 5 a 8 de abril de 2004. **MEB – MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE primeiros tempos: 1961-1966**.
- GASPAROTTO, Alessandra. **“Companheiros Ruralistas!” Mobilização patronal e atuação política da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul (1959-1964)**. Porto Alegre, agosto de 2016. P, 207.
- JESUS, Ronaldo Pereira de. **Classes Trabalhadoras e Estado: resenha crítica da historiografia sobre o sindicalismo nos anos 30**. Universidade Estadual de Londrina. Londrina/PR. 01: 83-100, 1995.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **Reforma Agrária: concepções, controvérsias e questões**. Setembro de 1993
- MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. **História dos movimentos sociais no campo**, Rio de Janeiro FASE, 1989.
- MARTINS, José de Sousa. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. Petrópolis. Editora Vozes, 1981.
- MIRALHA, Wagner. **Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje**. Revista Nera – ano 9, n. 8 – janeiro/junho de 2006.
- NOGUEIRA, Humberto Fernandes. **Imprensa e ideologia: o Jornal Folha de Londrina e os conflitos entre proprietários e trabalhadores rurais em Londrina e região na década de 50**. Adaptação de monografia. V. 4, n. 2, p. 7-18, jul./dez. 1999.
- OIKAWA, Marcelo Eiji. **Porecatu: a guerrilha que os comunistas esqueceram**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PRIORE, Ângelo. **História do Paraná: séculos XIX e XX** [online]. Maringá, Eduem, 2012.  
 PRIORI, Ângelo. **A Revolta Camponesa de Porecatu**. ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, Fortaleza, 2009.

RAMOS, Carolina. **Capital e trabalho no sindicalismo rural brasileiro: uma análise sobre a CNA e sobre a CONTAG (1964- 1985)**, Universidade Federal Fluminense. Niterói, RJ, 2011.

SILVA, Osvaldo Heller da. **A foice e a cruz: comunistas e católicos na história do sindicalismo dos trabalhadores rurais do Paraná, de 1945 a fim dos anos 70**, 1993. Tese de Doutorado em Sociologia, ECOLE DES HAUTES ETUDES EN SCIENCES SOCIALES, Paris, julho de 1993.

SILVA, Osvaldo Heller da. Confederação Nacional dos Trabalhadores na agricultura – CONTAG, ENFOC: **Escola Nacional de Formação da CONTAG; Curso de Formação de Educadores e Educadoras em Concepção, Prática Sindical e Metodologias**, São José – SC, 2º Modulo Regional Sul, 07 a 13 de outubro de 2007. 120 pg.

SOUZA, Amarildo Carvalho de. e CORCIONE, Domingos. Confederação Nacional dos Trabalhadores na agricultura – CONTAG: 2º Modulo Regional Sul. São José – SC, 07 a 13 de outubro de 2007. **ENFOC: Escola Nacional de Formação da CONTAG; Curso de Formação de Educadores e Educadoras em Concepção, Prática Sindical e Metodologias**.

STÉDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil: O debate tradicional – 1500-1960**, 2. ed. São Paulo, Expressão Popular, 2011.

VALENTINI, Juliana. Sociedade Rural do Paraná: organização e atuação da fração agraria da classe dominante regional. Marechal Cândido Rondon/PR, 2014. 163 pg.

WOOD, Ellen Meiksins. **A Origem do Capitalismo**, Rio de Janeiro, Jorge Zahar 3d, 2001.

#### SITES:

**A trajetória política de João Goulart**. Disponível em:  
<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/glossario/ultab>. Acesso em: 24 de maio 2017.

**DECRETO-LEI Nº 8.127, DE 24 DE OUTUBRO DE 1945**.  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/Del8127.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del8127.htm). Acesso em 02 de novembro 2017.

GONÇALVES JR, Valter. **1964: pouco antes do golpe, reforma agrária esteve no centro dos debates no Senado**. [ Senado Notícias]. 2014. Disponível em:  
<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2014/03/24/1964-pouco-antes-do-golpe-reforma-agraria-esteve-no-centro-dos-debates-no-senado>. Acesso em: 04 de novembro 2017.

GRYNSZPAN, Mario. **Na presidência da República > A questão agrária no governo Jango**. FGV CPDOC. DISPONIVEL EM:

[http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/A\\_questao\\_agraria\\_no\\_governo\\_Jango](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/A_questao_agraria_no_governo_Jango). Acesso em 04 de novembro 2017.

LEMOS, Renato. **VERBETE: Moises Lupion de Troya. FGV CPDOC**. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/moises-lupion-de-troya>. Acesso em: 05 novembro 2017.

PRESTES, Anita Leocadia. **Comunistas no Paraná (1945-1964)**. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 17, n. 33, p. 215-219, jun. 2009. Disponível em: [http://www.academia.edu/193544/Velhosvermelhoshist%C3%B3ria\\_e\\_mem%C3%B3ria\\_dos\\_dirigentes\\_comunistas\\_no\\_Paran%C3%A1\\_Old\\_Reds\\_history\\_and\\_memory\\_of\\_the\\_communist\\_leaders\\_in\\_Parana](http://www.academia.edu/193544/Velhosvermelhoshist%C3%B3ria_e_mem%C3%B3ria_dos_dirigentes_comunistas_no_Paran%C3%A1_Old_Reds_history_and_memory_of_the_communist_leaders_in_Parana). Acesso em: 26 de outubro 2017.

SANTANA, Marco Aurélio. **Os sindicatos e o golpe de Estado de 1964: a experiência dos metalúrgicos do RJ**. Disponível em <https://fpabramo.org.br/csbn/wpcontent/uploads/sites/3/2017/04/T02perseu10.pdf>. Acesso em 24 de outubro 2017.

**TOALDO, Ciro**. Os Sindicatos Pelegos. Disponível em: <https://www.webartigos.com/artigos/os-sindicatos-pelegos/80088/>. Acesso em: 12 de novembro 2017. Jornal Novos Rumos. Semana de 5 a 11 de agosto de 1960. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/tematica/jornais/novos/index.htm>. Acesso: 22 de outubro 2017.

#### **FONTES:**

Ata da Assembleia de Fundação do Sindicato dos Colonos e Assalariados Agrícolas de Londrina. 29/01/1956.

Folha de Londrina. Terça-feira 23/07/85. Sem Página. Biblioteca Pública Municipal de Londrina Pedro Viriato.

Folha de Londrina. Sábado, 27/07/85 – pag. 13. Baseado no depoimento de Manoel Jacinto Corrêa de 1983. Biblioteca Pública Municipal de Londrina Pedro Viriato.

Jornal Folha de Londrina. Sexta-feira, 26/07/1985 – pag. 11. Biblioteca Pública Municipal de Londrina Pedro Viriato.

Queixa relatada no dia 15 de janeiro de 1963 em Londrina. Tendo Ivan Reimundo da Silva, José Emilio do Carmo e Miguel do Carmo. Assinado pelo então presidente do sindicato Antonio André.